

MOVIMENTO

Revista da União Nacional dos Estudantes - UNE

Nº 9 - Outubro/2003

Enfim, uma avaliação de verdade

Comissão instituída pelo MEC propõe um sistema de avaliação com foco na instituição, e não no estudante



Por que o Brasil precisa da reforma agrária. Com a palavra, João Pedro Stédile

Há 50 anos, o petróleo é nosso

Marilena Chauí: como reformar a Universidade



Índice

Editorial

01. O sonho de hoje



Universidade

04. Enfim, uma avaliação de verdade

07. Universidade: por que e como reformar? Por Marilena Chauí

13. Universidades filantrópicas: o joio e o trigo

16. Ennio Candotti, presidente da SBPC: "Ande descalço pelo desconhecido"



Outro país, outro mundo

18. O mundo dominado: as grandes corporações se impõem sobre os Estados

22. Primeiro emprego: o diploma não é mais o mesmo

24. Levantados do chão: por que o país precisa da reforma agrária

29. João Pedro Stédile: "Não podemos perder a chance histórica"

32. Especial: Há 50 anos, o Petróleo é Nosso



Cultura

38. Academia de artes

40. Discos, livros e afins – *Labirinto e Identidades – Panorama da Fotografia no Brasil*

41. Discos, livros e afins – *Meu Tempo é Hoje*, documentário

42. Cláudio Assis: A vida, amarela como ela é



Retrato

44. Atitude soberana



Expediente

A revista **Movimento** é uma publicação da União Nacional dos Estudantes, produzida com recursos da carteira de identificação estudantil.

Diretoria Executiva

Presidente –
Gustavo Lemos Petta

Vice-Presidente –
Rafael Barbosa de Moraes

1º Vice-Presidente –
Demétrius de Azevedo Moura

2º Vice-Presidente –
Fabiana Costa de Souza

Secretário-Geral –
Saney Santos Sampaio

1º Secretário –
Geraldo Vilar Correia Lima Filho

Tesoureiro Geral –
Érico Nogueira de Sousa

1º Tesoureiro –
Walberto Fonseca de Araújo Júnior

Diretora de Comunicação –
Lúcia Klück Stumpf

Diretor de Políticas Institucionais –
Rodrigo da Silva Pereira

Diretor de Univ. Particulares –
Carlos Siegle de Souza

Diretor de Univ. Públicas –
José Erinaldo Oliveira Jr.

Edição

Reportagem: Flávia Brunetti, Gabriela Moulin, Luciana Bento e Pedro Venceslau

Texto final e edição: Gisela Mendonça

Projeto gráfico e editoração:
Maria Figaro

Ilustrações: Vicente Mendonça

Impressão e acabamento: Editora Três

Sede nacional da UNE:

Rua Vergueiro, 2485 – Vila Mariana –
São Paulo – SP – CEP: 04101-200

Fone/fax: (11) 5574-7821

Sítio na Internet:
www.estudentenet.com.br

Endereço eletrônico:
revistamovimento@une.org.br

EDITORIAL

O sonho de hoje

A gestão da UNE que se inicia agora, eleita no Congresso que aconteceu em junho passado, carrega uma grande responsabilidade. Pela primeira vez nas últimas décadas, o movimento estudantil vai atuar em um país comandado por um governo eleito com grande apoio popular e com compromissos expressos de construir um outro país.

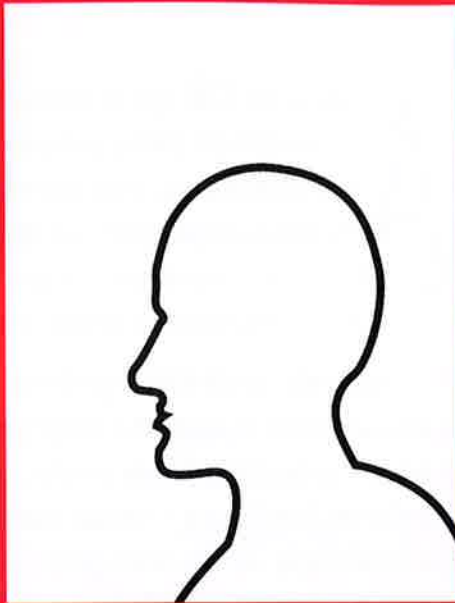
Para nós, como disse o professor Enio Candotti na entrevista publicada neste número da **Movimento**, é hora de “andar descalço pelo desconhecido”. É este convite que a nova diretoria faz aos estudantes brasileiros – vamos sair em defesa do Brasil, em defesa das mudanças, de um novo projeto de desenvolvimento, em busca de um novo lugar no mundo.

São muitos os caminhos que podemos tomar. Pode ser o caminho das cidades mais pobres, mais distantes, no projeto de alfabetização que a UNE começa a realizar. Pode ser o caminho do contato mais direto com as populações do interior, numa reedição do Projeto Rondon, que vem sendo preparada para começar no início do próximo ano. Pode ser a experiência das novas formas de arte e cultura que nascem nos Cucas que se proliferam pelo país. Pode ser a construção ativa de uma reforma universitária que mude o perfil do ensino superior brasileiro, tão excludente e pouco comprometido com os interesses sociais e nacionais.

Pode haver quem ache esse convite ambicioso demais. Será? Há cinquenta anos atrás, quando a UNE começou a campanha do Petróleo é Nosso, muita gente apontava para os estudantes como sonhadores, utópicos. Desse sonho, nasceu a maior empresa nacional que temos hoje, estratégica para nossa soberania e nosso desenvolvimento.

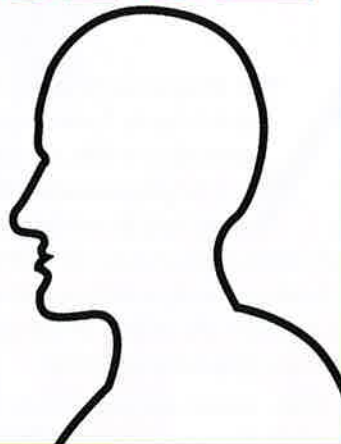
Por isso, vamos agora sonhar o sonho de hoje.

Gustavo Lemos Petta
Presidente da UNE



**O primeiro passo é sempre
mais difícil e importante.
Estudar, se formar, trabalhar.
Mas você consegue!**

ISTOÉ



Melhorar sua cultura, ter muito mais o que falar, é um passo mais fácil. Mas igualmente importante. É hora de crescer!

É hora de assinar IstoÉ.

Assine por 3 meses.

Apenas 4x de R\$ 13,00.

Ligue (11) 3618-4566 ou acesse
www.editora3.com.br/movimento

Oferta 3438. Válida até 30/11/2003.



independente

Enfim, uma avaliação d

Surge proposta de avaliação global da universidade, formulada por uma comissão de especialistas instituída pelo MEC, com a participação da UNE. O grande avanço é a mudança do foco – da avaliação do estudante por apenas um exame, para a avaliação da instituição, com suas múltiplas funções

Por Gisela Mendonça

No programa de governo do presidente Lula estavam previstos o fim do provão e a implementação de um novo tipo de avaliação, que fosse capaz de examinar, de forma global, a educação superior brasileira, nos seus aspectos de ensino, pesquisa, extensão e compromisso social.

Para tornar realidade esse compromisso de campanha, o Ministério da Educação instituiu uma comissão para debater e apresentar uma nova proposta de avaliação da universidade. Composta por 20 especialistas em avaliação e administração do ensino superior, além de representantes da UNE, a comissão realizou quatro meses de intensos estudos e debates e apresentou, no último dia 17 de setembro, sua proposta à Comissão de Educação da Câmara.

Só este encaminhamento já expõe uma diferença essencial em relação ao governo anterior, que instituiu o provão. Este foi fruto de uma medida provisória, imposta à comunidade universitária e à sociedade, e desprezou críticas de praticamente todos os setores educacionais. Depois do debate na Câmara, no Senado e na sociedade, o MEC vai colher sugestões para apresentar, finalmente, em 10 de outubro próximo, um projeto de lei a ser encaminhado ao Congresso Nacional.

Não demorou para que a propos-

ta recebesse uma saraivada de críticas da grande imprensa, pautada pelo forte lobby das instituições privadas de ensino, que se proliferam como botequim pelas esquinas e sorteiam carros para os estudantes se saírem bem no provão e proporcionarem, assim, um forte argumento de mídia com o conceito alcançado na prova. À frente das críticas, o ex-ministro Paulo Renato, idealizador do provão ontem e dono de uma consultoria para escolas particulares hoje. Realmente, vindo de onde vêm, as críticas só fortalecem a idéia de que é preciso, mesmo, mudar a forma de avaliação da universidade.

Novo foco

“Essa proposta apresentada muda o foco. Agora, a instituição será avaliada, e não apenas o curso ou o desempenho do estudante em uma prova. A idéia principal é a de um sistema de avaliação, porque integra os diversos instrumentos e momentos com base em uma concepção global. Isso é uma inovação importante, pois não temos hoje sistema de avaliação, e sim vários instrumentos que não estão integrados”, afirma José Dias Sobrinho, da Unicamp, presidente da comissão que elaborou a proposta.

Com o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, o escopo da avaliação também se amplia bastante. No último provão, por exem-

e verdade



hmt jabs of jakanxnn

hmt jabs of jakanxnn

hmt jabs of jakanxnn

hmt jabs of jakanxnn

MENDONÇA

plô, foram avaliados 5.890 cursos, de um total de 14 mil existentes hoje. Foram avaliadas 26 das chamadas áreas do conhecimento que, em muitos casos, se confundem com habilitações. Assim, apenas quatro habilitações das chamadas engenharias (civil, mecânica, elétrica e química) entraram no exame nacional de cursos, enquanto existem mais de 100 registradas. E uma avaliação como essa, restrita e cheia de falhas, custa nada menos que 35 milhões de reais aos cofres públicos, a cada vez que é realizada. “O sistema proposto envolve todas as instituições de ensino superior, respeitando sempre a diversidade e o perfil institucional”, informa José Dias.

Ele explica que “foi abandonada a idéia parcelada de avaliação de alunos de certo curso, em determinado momento do mês de junho, para um sistema amplo que vai atingir o conjunto da instituição. E isso em duas dimensões: a avaliação interna, praticada pela comunidade de professores, estudantes e servidores, seguindo um roteiro nacional; a avaliação externa, feita pela comunidade, por todos aqueles que têm algo a dizer sobre a qualidade da educação superior. As duas avaliações vão produzir um conjunto de estudos, pareceres, informações, que depois vai para o parecer conclusivo da comissão nacional de avaliação de educação superior, que vai ser criada pelo MEC”.

Não será sem polêmica que a proposta se tornará realidade. “As pressões serão muito fortes, na verdade já começaram. Vai ser necessária muita mobilização para garantir que a proposta seja aprovada no Congresso e implementada. Mas é uma questão fundamental se quisermos mudar a universidade brasileira”, avalia Gustavo Petta, presidente da UNE.

Um novo olhar

Os princípios que norteiam o novo sistema de avaliação resgatam pontos importantes para mudar o perfil da universidade brasileira

Responsabilidade social da universidade como princípio fundamental

Reconhecimento da diversidade do sistema e respeito à identidade institucional

Globalidade, ou seja, não focaliza apenas um elemento, como o rendimento estudantil. Consideram-se as múltiplas funções, internas e externas, da universidade (ensino, pesquisa, extensão, administração, gestão, infra-estrutura etc.) e sobretudo a

função social de cada instituição em sua micro-região ou na sociedade como um todo.

Continuidade, pois os instrumentos não serão pontuais, tipo fotografia, e sim um processo contínuo.

Compromisso com a formação no sentido amplo, e não apenas do aspecto de capacitação técnico-profissional; não apenas formação para o mercado, mas formação para a sociedade, para o desenvolvimento do país.

Publicidade, levando em conta que a avaliação tem interesse público e precisa ser tornada pública, os resultados têm que estar disponíveis para a sociedade.

Como vai funcionar

O novo sistema articula vários instrumentos, capazes de fazer uma avaliação profunda e fornecer informações que tornem mais rigorosa a regulação das instituições de ensino superior

- 1 – Avaliação interna e externa, com a participação de toda a comunidade universitária, e externa, com participação da sociedade. Os resultados são encaminhados para a Comissão Nacional de Avaliação, a ser criada pelo MEC.
- 2 – Avaliação das condições de ensino, com visitas freqüentes e contínuas de comissões de avaliadores às instituições.
- 3 – Cadastro e censo das instituições, atualizadas pelo menos uma vez a cada ano, como já é feito.
- 4 – Processo de Avaliação Integrada do Desenvolvimento

Educacional e da Inovação da Área (PAIDEA). Será um exame aplicado anualmente, em grandes áreas, por amostragem de estudantes e em pelo menos dois momentos da vida acadêmica. Vai verificar a formação, considerando o desenvolvimento do pensamento crítico e da atitude científica; os conteúdos básicos dos currículos; compromisso social com a sociedade e a micro-região onde se situa a universidade; relações interpessoais; ações e programas que propiciem a multi e a interdisciplinaridade; compromissos e práticas do corpo docente.

Universidade: por que e como reformar?



Foto: Antônio Ribeiro/Rebra Imagem

Este texto, gentilmente cedido para **Movimento** pela professora Marilena Chauí, traz as idéias apresentadas por ela no seminário sobre reforma universitária promovido pela Secretaria de Ensino Superior do MEC. Na sua intervenção ela ressaltava que é preciso, sim, reformar a universidade – e não apenas regulamentar ou promover mudanças menores. Dizia, ainda, que não falava como administradora, mas como professora, e que suas propostas vinham exatamente nesse sentido. Foi com a alma de professora e o conhecimento de uma das maiores pensadoras do Brasil que esse texto foi concebido para dizer que é preciso, sim, mudar o modelo, por ela descrito aqui de forma brilhante.

Por Marilena Chauí*

Penso que é um equívoco colocar a relação entre universidade e sociedade como relação de exterioridade, isto é, tomar a universidade como uma entidade independente que precisa encontrar mecanismos ou instrumentos para relacionar-se com a sociedade. Ao contrário, a universidade é uma instituição social e como tal exprime de maneira determinada a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo. Tanto é assim que vemos no interior da instituição universitária a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes que exprimem divisões e contradições da sociedade como um todo.

Essa relação interna ou expressiva entre universidade e sociedade é o que explica, aliás, o fato de que, desde seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, isto é, uma *ação social*, uma *prática social* fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação, que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais, e estruturada por ordenamentos, regras, normas e valores de reconhecimento e legitimidade internos a ela. A legitimidade da universidade moderna fundou-se na conquista da idéia de autonomia do saber em face da religião e do Estado, portanto, na idéia de um conhecimento guiado por sua própria lógica, por necessidades imanentes a ele, tanto do ponto de vista de sua invenção ou descoberta como de sua transmissão. Em outras pa-

lavras, sobretudo depois da Revolução Francesa, a universidade concebe-se a si mesma como uma instituição republicana e, portanto, pública e laica.

A partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania e, portanto, como direitos dos cidadãos, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da idéia de democracia e de democratização do saber: seja para realizar essa idéia, seja para opor-se a ela, no correr do século XX a instituição universitária não pôde furtar-se à referência à democracia como idéia reguladora. Por outro lado, a contradição entre o ideal democrático de igualdade e a realidade social da divisão e luta de classes obrigou a universidade a tomar posição diante do ideal socialista.

Vista como instituição social cujas mudanças acompanham as transformações sociais, econômicas e políticas, e como instituição social de cunho republicano e democrático, a relação entre universidade e Estado também não pode ser tomada como relação de exterioridade, pois o caráter republicano e democrático da universidade é determinado pela presença ou ausência da prática republicana e democrática no Estado. Em outras palavras, a universidade como instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático.

Postos os termos desta maneira, poderia supor-se que, em última

instância, a universidade, mais do que determinada pela estrutura da sociedade e do Estado, seria, antes um reflexo deles. Não é, porém, o caso. É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão e a exclusão sociais, impedem a concretização republicana da instituição universitária e suas possibilidades democráticas.

De instituição social a organização social

Se essas observações tiverem alguma verdade, elas poderão nos ajudar a enfrentar com mais clareza a mudança sofrida por nossa universidade pública nos últimos anos, particularmente com a reforma do Estado realizada no último governo da república. De fato, essa reforma, ao definir os setores que compõem o Estado, designou um desses setores como Setor de Serviços não exclusivos do Estado e nele colocou a educação, a saúde e a cultura. Essa localização da educação no setor de serviços não exclusivos do Estado significou: que a educação deixou de ser concebida como um direito e passou a ser considerada um serviço; e que a educação deixou de ser considerada um serviço público e passou a ser considerada um serviço que pode ser privado ou privatizado. Mas não só isso. A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como

uma instituição social.

Uma organização¹ difere de uma instituição por definir-se por uma prática social determinada por sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios (administrativos) particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às idéias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas idéias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. Por ser uma administração, é regida pelas idéias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe.

A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e tempo particulares aceitando como

***“Na universidade, opiniões e projetos conflitantes
exprimem divisões e contradições da sociedade”***

“Uma instituição social diferenciada e autônoma só é possível em um Estado republicano e democrático”

dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições e sim vencer a competição com seus supostos iguais.

Como foi possível passar da idéia da universidade como instituição social à sua definição como organização prestadora de serviços?

A forma atual do capitalismo se caracteriza pela fragmentação de todas as esferas da vida social, partindo da fragmentação da produção, da dispersão espacial e temporal do trabalho, da destruição dos referenciais que balizavam a identidade de classe e as formas da luta de classes. A sociedade *aparece* como uma rede móvel, instável, efêmera de organizações particulares definidas por estratégias particulares e programas particulares, competindo entre si. Sociedade e Natureza são reabsorvidas uma na outra e uma pela outra porque ambas deixaram de ser um princípio interno de estruturação e diferenciação das ações naturais e humanas para se tornarem, abstratamente, “meio ambiente”; e “meio ambiente” instável, fluido, permeado por um espaço e um tempo virtuais que nos afastam de qualquer densidade material; “meio ambiente” perigoso, ameaçador e ameaçado, que deve ser gerido, programado, planejado e controlado por estratégias de intervenção tecnológica e jogos de poder. Por isso mesmo, a permanência de uma organização depende muito pouco de sua estrutura interna e muito mais de sua capacidade de adaptar-se celeremente a mudanças rápidas da superfície do “meio ambiente”. Onde o interesse pela idéia de flexibilidade, que indica a capacidade adaptativa a mudanças

contínuas e inesperadas. A organização pertence à ordem biológica da plasticidade do comportamento adaptativo.

Reformas para o mercado

No Brasil, a universidade pública laica foi uma instituição social nascida com quatro finalidades: a formação de quadros para a administração pública; o desenvolvimento da pesquisa em ciências e humanidades; a qualificação de profissionais liberais; e a transmissão do saber com a formação de professores para o ensino do segundo grau e para o ensino superior. O critério da admissão e da promoção dos estudantes era o mérito intelectual, assim como o mérito era o critério para a carreira universitária. Sendo expressão da sociedade brasileira, a universidade, embora pública e laica não era democrática, mas reproduzia privilégios e a hierarquia social. No entanto, era atravessada por uma contradição entre privilégio e mérito, e essa contradição dava-lhe brechas democráticas. Essa situação muda a partir da ditadura de 1964, com a qual se preparou a futura passagem da universidade da condição de instituição à de organização. Numa primeira etapa, tornou-se **universidade funcional** (correspondente ao “milagre econômico”, produzido pela ditadura dos anos 70); na segunda, **universidade de resultados** (correspondente ao processo conservador de abertura política dos anos 80); e na terceira, a atual, **universidade operacional**² (correspondente ao neoliberalismo dos anos 90 e início do século XXI). Em outras palavras, a passagem da

universidade de instituição a organização correspondeu às várias reformas do ensino superior destinadas a adequar a universidade ao mercado.

A **universidade funcional**, dos anos 70, foi o prêmio de consolação que a ditadura ofereceu à sua base de sustentação político-ideológica, isto é, à classe média despojada de poder. A ela foram prometidos prestígio e ascensão social por meio do diploma universitário. Onde a massificação operada, a abertura indiscriminada de cursos superiores, o vínculo entre universidades federais e oligarquias regionais e a subordinação do MEC ao Ministério do Planejamento. Essa universidade foi aquela voltada para a formação rápida de profissionais requisitados como mão-de-obra altamente qualificada para o mercado de trabalho. Adaptando-se às exigências do mercado, a universidade alterou seus currículos, programas e atividades para garantir a inserção profissional dos estudantes no mercado de trabalho.

A **universidade de resultados**, dos anos 80, foi aquela gestada pela etapa anterior, mas trazendo duas novidades. Em primeiro lugar, a expansão para o ensino superior da presença crescente das escolas privadas, encarregadas de continuar alimentando o sonho social da classe média; em segundo lugar, a introdução da idéia de parceria entre a universidade pública e as empresas privadas. Este segundo aspecto foi decisivo na medida em que as empresas não só deveriam assegurar o emprego futuro aos profissionais universitários e estágios remunerados aos estudantes, como ainda financiar pesquisas direta-

“A maior parte das pesquisas é determinada pelas exigências de mercado impostas pelos financiadores”

mente ligadas a seus interesses. Eram os empregos e a utilidade imediata das pesquisas que garantiam à universidade sua apresentação pública como portadora de resultados.

A **universidade operacional**, dos anos 90, difere das formas anteriores. De fato, enquanto a universidade clássica estava voltada para o conhecimento, a universidade funcional estava voltada diretamente para o mercado de trabalho, e a universidade de resultados estava voltada para as empresas, a universidade operacional, por ser uma organização, está voltada para si mesma enquanto estrutura de gestão e de arbitragem de contratos. Em outras palavras, a universidade está virada para dentro de si mesma, mas isso não significa um retorno a si e sim, antes, uma perda de si mesma.

Regida por contratos de gestão, avaliada por índices de produtividade, calculada para ser flexível, a universidade operacional está estruturada por estratégias e programas de eficácia organizacional e, portanto, pela particularidade e instabilidade dos meios e dos objetivos. Definida e estruturada por normas e padrões inteiramente alheios ao conhecimento e à formação intelectual, está pulverizada em micro-organizações que ocupam seus docentes e curvam seus estudantes a exigências exteriores ao trabalho intelectual. A heteronomia da universidade autônoma é visível a olho nu: o aumento insano de horas-aula, a diminuição do tempo para mestrados e doutorados, a avaliação pela quantidade de publicações, colóquios e congressos, a multiplicação

de comissões e relatórios etc.

Nela, a docência é entendida como transmissão rápida de conhecimentos, consignados em manuais de fácil leitura para os estudantes, de preferência, ricos em ilustrações e com duplicata em CDs. O recrutamento de professores é feito sem levar em consideração se dominam ou não o campo de conhecimentos de sua disciplina e as relações entre ela e outras afins – o professor é contratado ou por ser um pesquisador promissor que se dedica a algo muito especializado, ou porque, não tendo vocação para a pesquisa, aceita ser escorchado e arrochado por contratos de trabalho temporários e precários, ou melhor, “flexíveis”. A docência é pensada como habilitação rápida para graduados, que precisam entrar rapidamente num mercado de trabalho do qual serão expulsos em poucos anos, pois tornam-se, em pouco tempo, jovens obsoletos e descartáveis; ou como correia de transmissão entre pesquisadores e treino para novos de pesquisadores. Transmissão e adestramento. Desapareceu, portanto, a marca essencial da docência: a formação.

Por sua vez, a pesquisa segue o padrão organizacional. Numa organização, uma “pesquisa” é uma estratégia de intervenção e de controle de meios ou instrumentos para a consecução de um objetivo delimitado. Em outras palavras, uma “pesquisa” é um “survey” de problemas, dificuldades e obstáculos para a realização do objetivo, e um cálculo de meios para soluções parciais e locais para problemas e obstáculos locais. O *survey* recorta a realidade de maneira a focalizar apenas o aspecto sobre o qual está destinada a

intervenção imediata e eficaz. Em outras palavras, o *survey* opera por fragmentação. Numa organização, portanto, pesquisa não é conhecimento de alguma coisa, mas posse de instrumentos para intervir e controlar alguma coisa. Por isso mesmo, numa organização não há tempo para a reflexão, a crítica, o exame de conhecimentos instituídos, sua mudança ou sua superação. Numa organização, a atividade cognitiva não tem como nem por que realizar-se. Em contrapartida, no jogo estratégico da competição no mercado, a organização se mantém e se firma se for capaz de propor áreas de problemas, dificuldades, obstáculos sempre novos, o que é feito pela fragmentação de antigos problemas em novíssimos micro-problemas, sobre os quais o controle parece ser cada vez maior. A fragmentação, condição de sobre-vida da organização, torna-se real e propõe a especialização como estratégia principal e entende por “pesquisa” a delimitação estratégica de um campo de intervenção e controle. É evidente que a avaliação desse trabalho só pode ser feita em termos compreensíveis para uma organização, isto é, em termos de custo-benefício, pautada pela idéia de produtividade, que avalia em quanto tempo, com que custo e quanto foi produzido. Reduzida a uma organização, a universidade abandona a formação e a pesquisa para lançar-se na fragmentação competitiva. Mas por que ela o faz? Porque está privatizada e a maior parte de suas pesquisas é determinada pelas exigências de mercado impostas pelos financiadores. Isso significa que a universidade pública produz um conhecimento destinado à *apropri-*

ação privada. Essa apropriação, aliás, é inseparável da mudança profunda sofrida pelas ciências em sua relação com a prática.

De fato, até os anos 1940, a ciência era uma investigação teórica com aplicações práticas. Sabemos, porém, que as mudanças no modo de produção capitalista e na tecnologia transformaram duplamente a ciência: em primeiro lugar, ela deixou de ser a investigação de uma realidade externa ao investigador para tornar-se a construção da própria realidade do objeto científico por meio de experimentos e de constructos lógico-matemáticos – como escreveu um filósofo, a ciência tornou-se manipulação de objetos construídos por ela mesma; em segundo lugar e, como consequência, ela se tornou uma força produtiva e, como tal inserida na lógica do modo de produção capitalista. A ciência deixou de ser teoria com aplicação prática e tornou-se um componente do próprio capital. Donde as novas formas de financiamento das pesquisas, a submissão delas às exigências do próprio capital e a transformação da universidade numa organização ou numa entidade operacional.

Direito, não privilégio

Se desejarmos reverter esse quadro, será preciso, antes de tudo, que o Estado não tome a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político, o que só é possível se a educação for considerada um direito e não um privilégio nem um serviço. A relação democrática entre Estado e universidade autônoma depende do modo como consideramos o núcleo da República. Este núcleo é o fun-

do público ou a riqueza pública, e a democratização do fundo público significa investi-lo não para assegurar a acumulação e a reprodução do capital – que é o que faz o neoliberalismo com o chamado “Estado mínimo” –, e sim para assegurar a concreticidade dos direitos sociais, entre os quais se encontra a educação. É pela destinação do fundo público aos direitos sociais que se mede a democratização do Estado e, com ela, a democratização da universidade.

A reversão também depende de que levemos a sério a idéia de formação.

O que significa exatamente *formação*? Antes de mais nada, como a própria palavra indica, uma relação com o tempo: é introduzir alguém ao passado de sua cultura (no sentido antropológico do termo, isto é, como ordem simbólica ou de relação com o ausente), é despertar alguém para as questões que esse passado engendra para o presente, e é estimular a passagem do instituído ao instituinte. O que Merleau-Ponty diz sobre a obra de arte nos ajuda aqui: a obra de arte recolhe o passado imemorial contido na percepção, interroga a percepção presente e busca, com o símbolo, ultrapassar a situação dada oferecendo-lhe um sentido novo que não poderia vir à existência sem a obra. Da mesma maneira, a obra de pensamento só é fecunda quando pensa e diz o que sem ela não poderia ser pensado nem dito, e sobretudo quando, por seu próprio excesso, nos dá a pensar e a dizer, criando em seu próprio interior a posteridade que irá superá-la. Ao instituir o novo sobre o que estava sedimentado na cultura, a obra de arte e

de pensamento reabre o tempo e forma o futuro.

Podemos dizer que há formação quando há obra de pensamento e que há obra de pensamento quando o presente é apreendido como aquilo que exige de nós o trabalho da interrogação, da reflexão e da crítica, de tal maneira que nos tornamos capazes de elevar ao plano do conceito o que foi experimentado como questão, pergunta, problema, dificuldade.

Pensando a reforma da universidade sob o prisma da formação, creio que a mudança da universidade depende:

Da definição da autonomia universitária não pelo critério dos contratos de gestão, mas pelo direito e pelo poder de definir suas normas de formação, docência e pesquisa – a autonomia precisa ser entendida em três sentidos principais: como autonomia institucional ou de política acadêmicas; como autonomia intelectual; como autonomia financeira.

Do abandono da massificação com o abandono das grades curriculares atuais e do sistema de créditos, uma vez que ambos produziram a escolarização da universidade, reduzida à condição de um ensino substitutivo do ensino colegial, com a multiplicação de hora-aula, retirando do estudante as condições para leitura e pesquisa, isto é, para sua verdadeira formação e reflexão, além de provocarem a fragmentação e dispersão dos cursos, e estimular a superficialidade. Assegurar simultaneamente a universalidade dos conhecimentos (programas cujas disciplinas tenham nacionalmente o mesmo conteúdo no que se refere aos clássicos

“O Estado não pode ver a educação pelo prisma do gasto público e sim como investimento social e político”

“A universidade deve comprometer-se com a reforma do ensino fundamental e do ensino médio públicos”

cos de cada uma delas) e a especificidade regional (programas cujas disciplinas reflitam os trabalhos dos docentes-pesquisadores sobre questões específicas de suas regiões). Programas nacionais de Iniciação à Pesquisa para estudantes de graduação. Condições de trabalho: bibliotecas dignas do nome, laboratórios equipados, informatização, bolsas para estudantes de graduação, alojamentos estudantis, alimentação e saúde. Convênios de intercâmbio de estudantes entre as várias universidades.

Do abandono da massificação com a limitação das classes de graduação a, no máximo, 30 estudantes por professor, o que implica: abertura de vagas e de concursos públicos para o quadro docente; e aumento do número de cursos.

Do abandono do atual sistema de admissão por vestibulares com testes de múltipla escolha e feito por empresas privadas.

Da revalorização da docência, que foi desprestigiada e negligenciada com a “avaliação da produtividade”. Essa revalorização implica em: formar verdadeiramente professores, de um lado, assegurando que conheçam os clássicos de sua área e os principais problemas nelas discutidos ao longo de sua história e, de outro lado, levando em consideração o impacto das mudanças filosóficas, científicas e tecnológicas sobre sua disciplina e sobre a formação de seus docentes; oferecer condições de trabalho compatíveis com a formação universitária, portanto, infra-estrutura de trabalho (bibliotecas e laboratórios realmente equipados); concursos públicos constantes; con-

dições salariais dignas que permitam ao professor realizar permanentemente seu processo de formação e de atualização dos conhecimentos e das técnicas pedagógicas.

Da revalorização da pesquisa, estabelecendo não só as condições materiais de sua realização, mas sobretudo criando novos procedimentos de avaliação que sejam regidos pela noção de produtividade e sim de qualidade e de relevância social e cultural. Essa qualidade e essa relevância dependem do conhecimento, por parte dos pesquisadores, das mudanças filosóficas, científicas e tecnológicas e seus impactos sobre as pesquisas. Quanto à relevância social, cabe indagar se o Estado teria condições de fazer um levantamento das necessidades do país no plano do conhecimento e das técnicas e estimular trabalhos universitários nessa direção, assegurando, por meio de consulta às comunidades acadêmicas regionais, que haja diversificação dos campos de pesquisa segundo as capacidades regionais e as necessidades regionais. As parcerias com os movimentos sociais nacionais e regionais poderia ser de grande valia para que a sociedade oriente os caminhos da instituição universitária, ao mesmo tempo em que esta poderá oferecer os elementos reflexivos e críticos para esses movimentos.

De articular o ensino superior e os outros níveis de ensino público: sem uma reforma radical do ensino fundamental e do ensino médio públicos, será inútil tentar reformar a universidade. E esta deve comprometer-se com a reforma do ensino fundamental e do ensino médio públicos. Somente a re-

forma da escola pública de ensino fundamental e médio pode assegurar a qualidade e a democratização da universidade pública. A universidade pública deixará de ser um bolsão de exclusões sociais e culturais quando o acesso a ela estiver assegurado pela qualidade e pelo nível dos outros graus do ensino público.

De assegurar, no curto prazo, a entrada e permanência de estudantes vindos da classe trabalhadora por meio de um sistema nacional de bolsas de estudo. Estudar a questão das cotas étnicas.

De tomar extremo cuidado e agir com extrema cautela acerca de uma nova idéia que está sendo muito difundida, qual seja, a de “sociedade do conhecimento”, identificada com os meios eletrônicos de informação e comunicação ou com a informatização. De fato, esses meios podem ter grande importância na formulação de práticas pedagógicas novas e inovadoras e no acesso às informações, mas seu papel se limita ao momento da difusão dos saberes e conhecimentos e não ao momento da invenção, da criação e da interrogação, que definem o processo de formação propriamente dito. Não podemos confundir a velocidade da difusão e a necessária paciência da formação.

***Marilena Chauí é professora titular do Departamento de Filosofia da USP (Universidade de São Paulo)**

¹ A distinção entre instituição social e organização social é de de inspiração francfortiana, e é feita por Michel Freitag em *Le naufrage de l'université*, Paris, Editions de la Découverte, 1996.

² Essa expressão é de Michel Freitag em *Le naufrage de l'université*, Paris, Editions de la Découverte, 1996.

Joios e **trigós**



As universidades que perdem a condição de filantrópica e, por isso, a isenção do pagamento do INSS, promovem alarde e aumento de mensalidades. Mas também não cumprem a lei que possibilitou uma economia gigantesca aos cofres das instituições

Por Pedro Venceslau e Flávia Brunetti



Com a intenção de separar as universidades filantrópicas das pilantrópicas, o governo patrocinou uma verdadeira devassa nas instituições de ensino superior brasileiro. Sob a batuta de Ricardo Berzoini, ministro da Previdência Social, universidades tradicionais como Mackenzie e Metodista, e outras nem tanto, como a Unioeste, perderam o valioso título de filantrópica que lhes garantia isenção da cobrança de INSS.

A mudança acabou com a farra de instituições como a FAAP, que usava seus recursos filantrópicos para patrocinar jatinhos e até campanhas eleitorais. Por outro lado causou um impacto direto na vida dos alunos, que tiveram suas mensalidades reajustadas e perderam bolsas de estudos.

No final do último mês de julho, o estudante do terceiro ano de sistemas da informação do Mackenzie, Fabio Capriotti, recebeu uma correspondência chocante da universidade. A carta dizia que partir do mês seguinte ele não teria mais a bolsa doação de 100% a que tinha direito por ter comprovado suas dificuldades financeiras. Se quisesse continuar freqüentando as aulas, ele teria que desembolsar o valor integral da mensalidade, ou seja, 700 reais. Como se não bastasse, a mensalidade iria subir 20% até o final do semestre e não se sabe o quanto no seguinte. “Tomei um susto enorme. De repente me mandam um comunicado praticamente dizendo que vou ter dizer adeus a minha faculdade. Esse valor é mais do que ganho no meu emprego”, desabafou. Segundo a carta, Fabio deveria ficar descontente com o governo e não com a instituição. “Eles disseram que era por causa do fim da filantropia”. De fato, a “culpa” pelo aumento das mensalidades e pelo fim das bolsas no Mackenzie pode ser do governo. Mas até que ponto a universidade merecia mesmo receber 20% de isenção do INSS do governo? Segundo dados do Ministério da Previdên-

cia, o Mackenzie não cumpria com a lei há muito tempo. A lei é clara. Só ganha direito à isenção a instituição que investir 20% de sua receita bruta em filantropia. E o Mackenzie não investiu. Em 1997 investiu mísero 0,86%. Em 1998 um pouco mais, 1,63%. De 1999 a 2002, temendo perder a isenção, se esforçou um pouco mais, chegou a 14%, ainda insuficiente. A Universidade só não havia perdido a condição de filantrópica antes por influência política e pela falta de pulso firme do governo anterior.

Fora da lei

Assim que assumiu o governo, o presidente Lula desencadeou uma verdadeira caça às universidades que não estavam em dia com suas contribuições. O primeiro passo foi mobilizar sua base parlamentar para mudar a lei no Congresso. A filantropia, então, deixou de ser concedida pelo Ministério da Ação Social e passou para o Ministério da Previdência. A mudança causou pânico generalizado nas beneficiadas. “Quando verificamos que os recursos das decisões do Conselho Nacional de Assistência Social passaram a ser julgados pela Previdência, e não pela ministra da ação social, percebemos uma postura fiscalista e contábil do governo”, reclama Antônio Carlos Caruso Ronca, Reitor da PUC e presidente da Abruc - Associação Brasileira das Universidades Comunitárias.

O segundo passo do governo foi desencadear uma blitz, em parceria com INSS, para saber onde estão sendo investidos os 2,8 bilhões de reais de isenção concedidos às entidades filantrópicas. Desse montante, 959 milhões de reais são de instituições educacionais. “As entidades ligadas à educação são as que menos cumprem as exigências”, conta Álvaro Solom, secretário-geral executivo do Ministério da Previdência. “Precisamos separar o joio do trigo. O objetivo dessa fiscalização não é fazer uma caça às bruxas, mas ter um maior controle sobre as re-

núncias fiscais”, completou Berzoini, em entrevista a *Folha de S.Paulo*. É bom lembrar que quando o governo concede isenção fiscal de qualquer natureza deixa de arrecadar taxas e impostos que fariam caixa para as despesas públicas. No caso do INSS, para o caixa da seguridade social, que inclui a Previdência.

Caíram nas malhas do governo instituições tradicionais como Mackenzie, Metodista, as PUC de Campinas e da Bahia e FAAP. Esta última revelou-se um dos casos mais escandalosos. A FAAP investiu o dinheiro economizado com sua filantropia para patrocinar campanhas políticas, jatinhos e viagens internacionais. Segundo matéria assinada pelo jornalista Josias de Souza, também da *Folha*, a Fundação que abriga a FAAP e que detém a filantropia desembolsou, em julho de 2002, 200 mil reais para a campanha a deputado de Juscelino Cardodo, do PSDB. No ano anterior já tinha doado o mesmo valor para o partido. Como se não bastasse, a FAAP incluía em suas despesas da fundação, a título de despesas gerais de administração, gastos com cartão de crédito e viagens internacionais. Para se ter uma noção do tamanho do rombo para o país, em dez anos a FAAP deixou de recolher 90 milhões de reais. Tantos abusos levaram o Ministério Público a abrir uma investigação. Na Bahia, a PUC de Salvador protagonizou o caso mais bizarro entre as comunitárias ligadas a Igreja. O tesoureiro da universidade, Gabriel Pereira, está sendo investigado por caixa dois e tráfico de influência na concessão das bolsas.

Antonio Carlos Caruso Ronca, que preside a Abruc, uma das entidades que está na linha de frente da defesa da filantropia para as instituições de ensino, sai em defesa das beneficiadas que estão ameaçadas. “Entidades com reconhecido mérito têm sofrido ataques à sua imagem por serem filantrópicas. A Previdência precisa saber quem é quem.” A PUC-SP, que está

sendo ameaçada, mantém 1689 bolsas doação e outras 1912 restituíveis, número que por si só não justificaria a isenção. Por outro lado, a universidade mantém um hospital com 70% de atendimento pelo SUS, uma clínica psicológica gratuita, assessoria jurídica grátis para a comunidade, além de diversos cursos de alfabetização de adultos, entre outros. Segundo Ronca, se a PUC perder a condição de entidade filantrópica, as mensalidades, que já estão na casa dos 1000 reais na maioria dos cursos, devem subir 20%, as bolsas podem ser cortadas e vários programas, fechados.

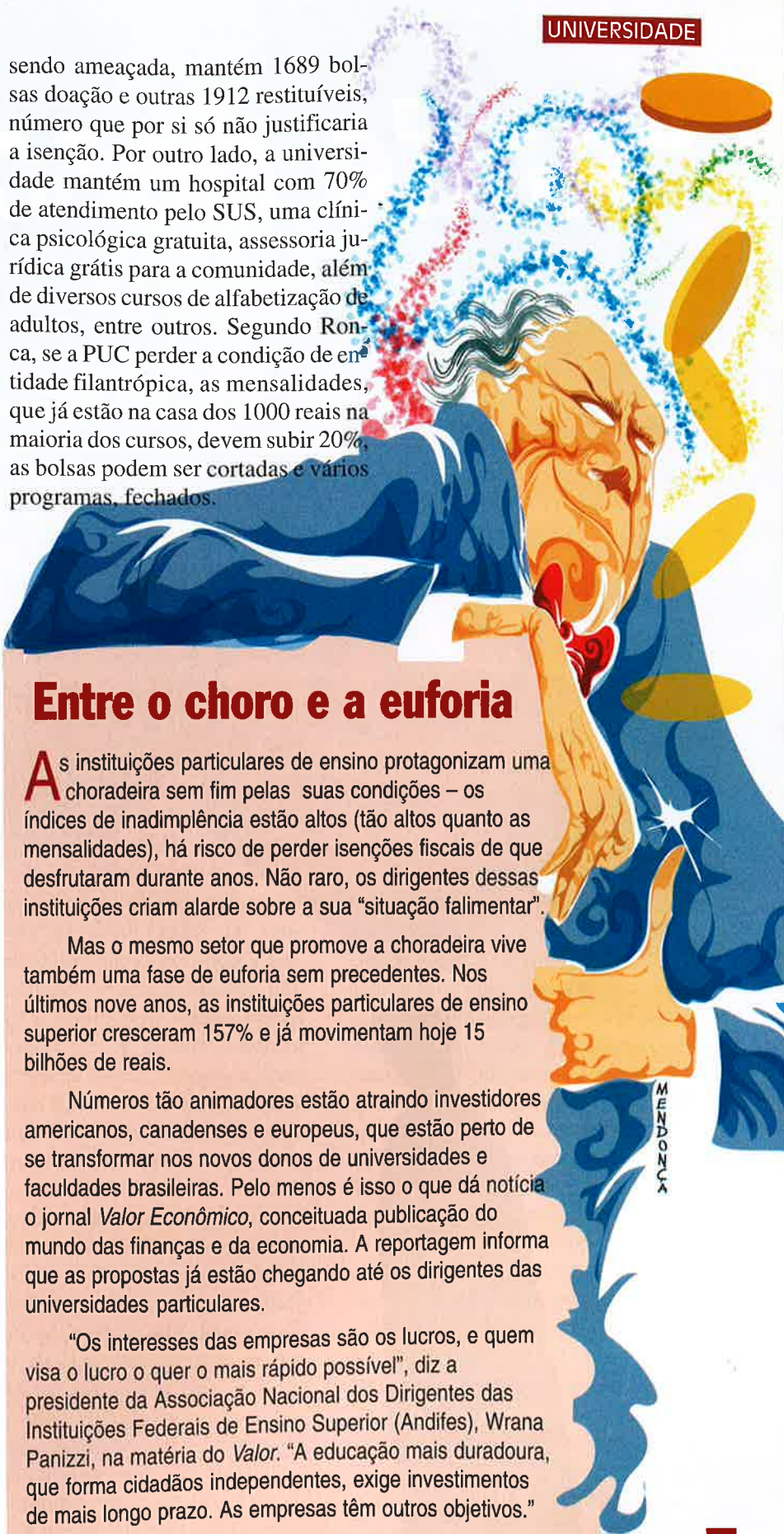
Entre o choro e a euforia

As instituições particulares de ensino protagonizam uma choradeira sem fim pelas suas condições – os índices de inadimplência estão altos (tão altos quanto as mensalidades), há risco de perder isenções fiscais de que desfrutaram durante anos. Não raro, os dirigentes dessas instituições criam alarde sobre a sua “situação falimentar”.

Mas o mesmo setor que promove a choradeira vive também uma fase de euforia sem precedentes. Nos últimos nove anos, as instituições particulares de ensino superior cresceram 157% e já movimentam hoje 15 bilhões de reais.

Números tão animadores estão atraindo investidores americanos, canadenses e europeus, que estão perto de se transformar nos novos donos de universidades e faculdades brasileiras. Pelo menos é isso o que dá notícia o jornal *Valor Econômico*, conceituada publicação do mundo das finanças e da economia. A reportagem informa que as propostas já estão chegando até os dirigentes das universidades particulares.

“Os interesses das empresas são os lucros, e quem visa o lucro o quer o mais rápido possível”, diz a presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Wrona Panizzi, na matéria do *Valor*. “A educação mais duradoura, que forma cidadãos independentes, exige investimentos de mais longo prazo. As empresas têm outros objetivos.”



MENDONÇA

“Ande descalço pe



Ennio Candotti, da Universidade Federal do Espírito Santo, assumiu a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC, nos meados deste ano, em um momento histórico e crítico para a ciência e tecnologia no país. Histórico pelas possibilidades que se abrem, no novo governo, de afirmação de um papel estratégico para o setor. Crítico pelas difíceis condições a serem enfrentadas nos centros de pesquisa e universidades do país. Nessa entrevista a **Movimento**, ele fala dos desafios dessa nova etapa e propõe que estudantes, cientistas e professores sejam agentes fundamentais da mudança do país

elo desconhecido”

O Brasil vive, sem dúvida, uma nova fase da história. Quais os grandes desafios para esta nova fase?

Nosso país não pode conviver mais com aquele monte de injustiças que nós conhecemos, com uma universidade esteja muito aquém das nossas esperanças. A ciência tem que produzir muito mais e a educação fundamental deve ser, de fato, universalizada. É assim que vejo um país diferente.

Que papel podem ter a ciência, os cientistas, os educadores?

É preciso que nos mobilizemos, numa espécie de ONG, que se espalha e que quer que se concretizem as possibilidades de aprendizagem, de transformar o conhecimento científico em instrumento de transformação social. Aquela sociedade que queremos construir, mais justa, mais solidária, tem que se basear de fato no controle, no domínio, na assimilação de alguns poucos elementos: saber ler, escrever, interpretar. Mas não apenas na sua forma reduzida. É essencial, por exemplo, reconhecer as propriedades milagrosas do teorema de Pitágoras. Ele não é trivial, ele regula toda a nossa interpretação da observação em profundidade. Pense em como vocês lêem uma fotografia, em que as pessoas lá no fundo estão pequenininhas e as pessoas aqui na frente estão grandonas, para nós é simples. Quem controla o teorema de

Pitágoras, um pouco de geometria, percebe que aquela é uma projeção em perspectiva. Uma pessoa que não sabe isso vai imaginar que existem pessoas pequenas e pessoas grandes. Então, há conhecimento necessário até para decifrar aquilo que para algumas pessoas é absolutamente trivial. Mas é preciso pensar naqueles cerca de 70 milhões de pessoas que não têm esse controle dos instrumentos do conhecimento. É isso que nós pensamos como os desafio da inclusão social, é isso o que precisamos enfrentar.

Como seria essa mobilização pela inclusão social?

Existem estudantes por toda a parte. Existe a UNE por toda parte. Existe a Associação de Pós-Graduandos quase por toda a parte, onde pelo menos existe pós-graduação. Muito bem, vamos contar as nossas forças, vamos mobilizar as unidades locais, municipais, estaduais. Podemos lançar uma campanha de estímulo, de mobilização, de animação, eu diria, simples, em torno de um processo de alfabetização de todos aqueles que não são alfabetizados. E não pense que nisso como ensinar ler e escrever. A questão é se associar a todas aquelas atividade de saúde, de extensão rural, de ensino de técnicas de trabalho, se associar a eles. E aí eu diria uma coisa que talvez vocês imaginem contraditória: é preciso procurar junto com eles entender o que significa inclusão social na visão daqueles que estão excluídos.

Todos os que frequentam a SBPC já estão incluídos. Então nós iríamos ver com aqueles que estão fora e que querem entrar, o que esperam, o que pensam, o que imaginam que possam fazer com os instrumentos que nós dominamos.

A ciência teria papel fundamental nessa nova fase do país, na luta pela inclusão social?

Vocês pensam que o pessoal em geral vê a ciência com grande simpatia? Nada disso, é vista com muita desconfiança. Porque todas as vezes que se perdeu um emprego nessa terra foi porque entrou uma máquina. A imagem popular da ciência e da tecnologia não é uma imagem de salvação, de liberdade ou de progresso, é uma imagem de desemprego e de inutilidade. “Nós não somos mais importantes.” Por quê? Porque comprou a máquina e saímos nós. Então, precisamos reverter isso. Que essa ciência e essa tecnologia sejam instrumentos para que as pessoas consigam mais emprego, não menos emprego. E essa batalha não é trivial, e não se resolve com denúncia. É preciso entrar no campo e jogar. Vai ter que ser enfrentando passo a passo lá, em campo, vivendo nos exemplos concretos as respostas. Eu acho que isso seria uma ótima campanha de formação dos associados, dos estudantes das nossas universidades e de educação mesmo, ou seja, de aprender a tirar os sapatos e andar descalço pelas terras do não conhecido.

O mundo dominado



Grandes corporações se impõem sobre os Estados nacionais, promovem seus produtos às custas de doenças e mal-estar das populações e desrespeitam os direitos dos trabalhadores nos países em desenvolvimento. O mundo, dominado, começa a reagir à dominação

Por Gabriela Moulin

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) aferiu que, das cem maiores economias do mundo, cerca de quarenta são empresas e não países. Esses números mostram o poder das multinacionais na economia e, conseqüentemente, na política mundial.

Tardiamente, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou, em primeira instância, no último dia 12 de agosto, a criação de um código de conduta para as empresas multinacionais. O objetivo é dar poderes aos governos nacionais para que possam cobrar das corporações o respeito aos direitos humanos, à soberania e ao desenvolvimento econômico do país em que a empresa estiver atuando. A aprovação do código ainda terá que ser ratificada pela Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas.

A decisão é tardia tendo em vista que, nas últimas três décadas, as multinacionais se proliferaram e passaram a atuar em todos os continentes. A implantação destas corporações nos países subdesenvolvidos e em desenvol-

vimento resultou em grandes prejuízos para o meio ambiente, a saúde, os direitos dos trabalhadores e, o que é pior, promoveu a subserviência de muitos países em relação a estas transnacionais.

Os exemplos de violações e falta de conduta ética por parte destas empresas são inúmeros. No exterior, há duas organizações muito atuantes que fazem pesquisa, controle e denúncia das ações das multinacionais – uma na Inglaterra, outra nos EUA, ambas com o mesmo nome: CorpWatch. Na internet, pode-se obter informações sobre o trabalho destas entidades: www.corpwatch.org e www.corporatewatch.org.

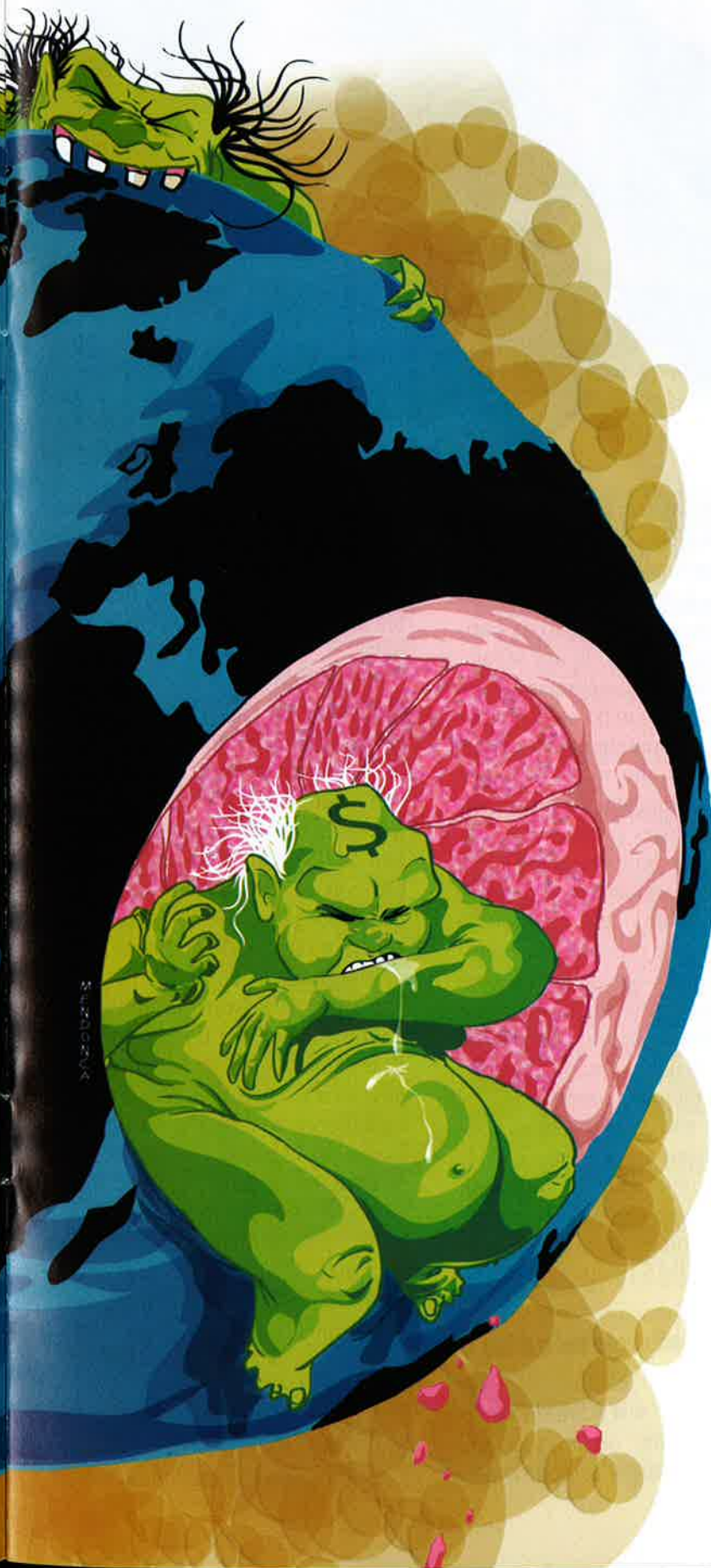
Com açúcar, sem afeto

A sobreposição dos interesses corporativos aos governos e aos interesses e necessidades da população tem proporções assustadoras. Recentemente, a Organização Mundial da Saúde publicou a primeira versão de um relatório que propõe a redução significativa da quantidade de açúcar ingerida pela população, recomendando que não ultrapasse de 10% da ingestão diária de calorias de um indivíduo. Segundo a OMS, a quantidade de açúcar ingerida hoje é excessiva e prejudicial à saúde, desencadeando problemas como obesidade, diabetes, disfunções coronárias e outros.

O relatório, intitulado “Dieta, Nutrição e Prevenção de Doenças Crônicas” (*Diet, Nutrition and the Prevention of Chronic Diseases Report*) foi duramente atacado pela “Associação do Açúcar”, conhecida como *Big Sugar*. Segundo o jornal inglês *The Guardian* (edição de 21 de abril de 2003), a associação e mais seis grandes indústrias alimentícias enviaram um pedido ao secretário de saúde dos Estados Unidos, Tommy Thompson, solicitando que usasse de sua influência para barrar a aprovação do relatório. A coalizão inclui o Conselho dos Estados Unidos para Comércio Internacional, que engloba mais de 300 companhias, entre elas as poderosas Coca-Cola e Pepsi.

A indústria de açúcar, segundo revela o jornal inglês, chegou até mesmo a contratar uma grande empresa de lobby de Washington para negociar seus interesses junto aos governos e à OMS.

Em entrevista a *The Guardian*, o profes-



sor Phillip James, presidente britânico do International Obesity Taskforce (Força-tarefa internacional contra a obesidade) levanta sua preocupação com o poder da indústria de alimentos, especialmente sobre o governo Bush. Vale lembrar que os Estados Unidos contribuem com 400 mil dólares por ano para a OMS e, sem dúvida, esse dinheiro tem peso na hora das decisões.

O lobby da indústria alimentícia não pára por aí. Estas organizações financiam cientistas e pesquisas para garantir pareceres favoráveis a seus objetivos nos comitês da OMS e da FAO (*Food and Agriculture Organisation*).

Fábricas de doença

A indústria de alimentos, bem como a indústria tabagista, está engajada em pesquisas de alimentos e produtos geneticamente modificados, conhecidos como transgênicos, e tem exercido influência na seríssima discussão sobre biotecnologia, que deveria ficar a cargo de instituições científicas éticas e ligadas ao bem-estar da população.

A associação ILSI – fundada nos Estados Unidos em 1978 pela Heinz Foundation (grande fabricante de ketchup, mostarda e condimentos afins), Coca-Cola, Pepsi, General Foods, Kraft (proprietária da Philip Morris, de cigarros, e fabricante, entre outros, dos famosos Tang, biscoitos Nabisco e chocolates) e Procter & Gamble – exerce um poder incalculável neste setor, maquiando-se de organização não-governamental de pesquisa que realiza consultas para a OMS e para a FAO.

Alguns casos chegam a assustar. A suíça Nestlé, que espalhou seu slogan “Good food, good life” (Boa comida, boa vida) por todo o mundo e afirma ser sua missão a qualidade de vida e a nutrição da popu-



lação mundial, tem histórias de desrespeito à saúde, à cultura dos países e à segurança alimentar das populações. A empresa, que iniciou sua história com a criação da Farinha Láctea há mais de um século, tenta ainda hoje disseminar a idéia de que seu leite em pó seria melhor do que o leite materno. Ao introduzir o leite Ninho na África, por exemplo, as imagens da propaganda eram de moças vestidas como enfermeiras, e o leite era associado à idéia de medicamento, com largas vantagens sobre o leite materno. O consumo deste produto, nem sempre manipulado com higiene e água pura, transformou-se em um vetor para a morte de bebês, privados da imunização que o então desvalorizado leite da mãe proporciona.

Após muitas campanhas contra a empresa, especialistas e cientistas do mundo todo revitalizaram a campanha do aleitamento materno, hoje recomendação encampada tanto pela OMS como pela ONU.

Direitos não globalizados

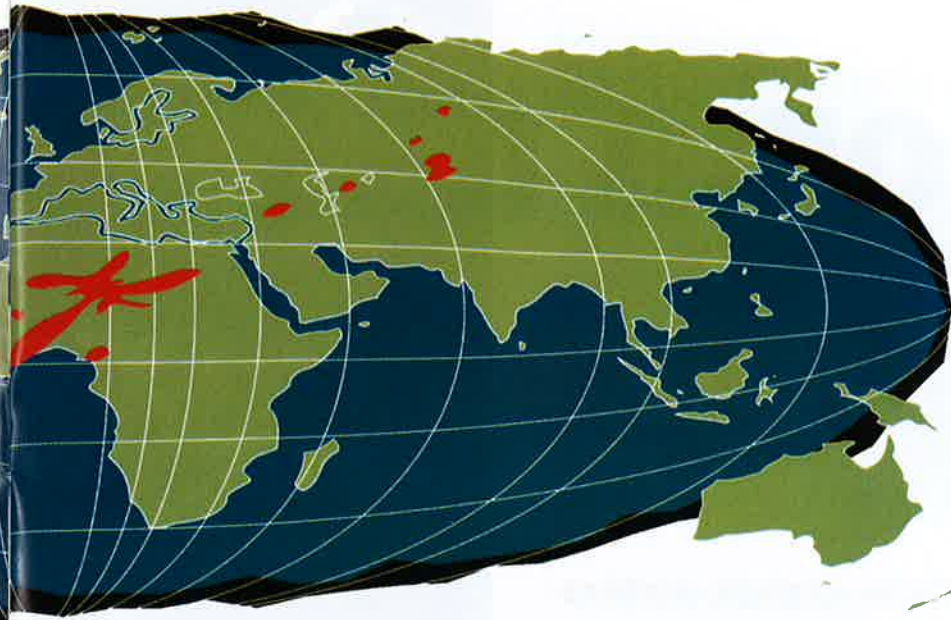
No Brasil, o Instituto Observatório Social (www.observatoriosocial.org.br), organização que analisa e pesquisa o comportamen-

to de empresas multinacionais, nacionais e estatais em relação aos direitos fundamentais dos trabalhadores, tem importantes pesquisas sobre a atuação das transnacionais no país.

Segundo João Paulo Veiga, coordenador do Observatório Social em São Paulo, o trabalho do Instituto baseia-se principalmente, nas convenções da OIT (Organização Internacional do Trabalho) que tratam da liberdade sindical, negociação coletiva, trabalho infantil, trabalho forçado, discriminação de gênero e raça, meio ambiente, saúde e segurança ocupacional.

Uma impostura comum das multinacionais é o de dar um tipo de tratamento para os trabalhadores da matriz e outro, bem pior, aos trabalhadores das filiais, particularmente as de países pobres. Menos direitos respeitados, salários mais baixos e jornadas maiores são comuns. “Existe um movimento internacional no sentido de unificar o padrão de relação das empresas com a comunidade em todo mundo. Entretanto, na prática, isso ainda não ocorre”, afirma Veiga.

O trabalho do Observatório Social busca maior conscientização tanto da empresa quanto dos sindi-



catos. “Muitas diferenças regionais dentro do país são observadas. A mesma empresa trata com mais desca- so os direitos dos trabalhadores do Nordeste do que os dos traba- lhadores do Sudeste, que possuem sindicatos mais organizados”, con- ta. O Observatório está agora dis- seminando a idéia de criar comitês nacionais de trabalhadores de uma determinada empresa. “A Unilever, por exemplo, mantém no Brasil 16 fábricas. A idéia é criar um comitê nacional dos trabalhadores destas unidades para que, juntos, negoci- em seus direitos”, explica Veiga.

O Observatório Social já con- seguiu diversos avanços em seus anos de trabalho. Um caso exem- plar, conta Veiga, é o da multinaci- onal dinamarquesa Mapol, que pro- duz as embalagens cartonadas de ovos para venda no varejo. “A em- presa se instalou no Brasil e não re- conhecia o sindicato, terceirizava a negociação e a maioria de seus em- pregados estava acometida de Le- são por Esforço Repetitivo (LER). O Instituto fez um trabalho contí- nuo com o sindicato e divulgou na Dinamarca as condições da fábrica no Brasil. As reportagens tiveram repercussão por lá e a matriz en- viou uma comissão ao Brasil, que

demitiu o diretor de Recursos Hu- manos brasileiro e adequou a em- presa às normas da OIT”, conta.

Empresas arrematam nações

O recente conflito no Iraque e seus desdobramentos são simbóli- cos desta relação perniciosa entre corporações e poder, corporações e política. Após a destituição do go- verno de Saddam Hussein pelas for- ças aliadas de Estados Unidos e In- glaterra, a economia iraquiana está sendo rateada entre empresas nor- te-americanas e inglesas.

Sem nenhum pudor, as cor- porações que financiaram a cam- panha de George W. Bush e a guerra do Iraque estão ganhando as licita- ções para reconstruir o país, para explorar as milionárias reservas pe- trolíferas e para “alimentar” a po- pulação.

Dan Amstutz, atual responsá- vel pela agricultura no Iraque, foi anteriormente executivo sênior da Cargill, a maior empresa de semen- tes do mundo. Amstutz ainda repre- sentou os EUA nas conversações do GATT, fórum anterior à Organiza- ção Mundial do Comércio (OMC). Atualmente, ele é presidente da Amstutz & Company, consultoria especializada em agronegócios e

assuntos de comércio internacional.

A segurança alimentar do povo iraquiano parece estar entre suas últimas prioridades, que estão mui- to mais ligadas à presença das com- panhias norte-americanas de se- mentes no mercado iraquiano.

Em declaração à imprensa in- ternacional, a secretária de agricul- tura dos EUA, Anne Veneman, que indicou Amstutz para o cargo, afir- mou: “Amstutz irá ajudar-nos a concluir com êxito nosso objetivo de criar a democracia e a prosperi- dade no Iraque ao mesmo tempo em que melhor utilizará os recursos de nossos fazendeiros e da nossa in- dústria neste esforço”.

É para instalar este tipo de de- mocracia que os EUA gastaram milhões na guerra contra Sadam. In- vestimento para o futuro.

Fica claro o atraso do código de conduta da ONU quando se pen- sa em todos estes exemplos. Sem contar a possibilidade de o docu- mento, mesmo que aprovado, não conseguir ter força diante do poder econômico dessas empresas e da dependência de muitos governos em relação aos recursos externos. De toda forma, é um passo na dire- ção certa.

No que se refere ao respeito pela soberania de um país, a ONU indica no relatório que as empresas devem respeitar os objetivos de de- senvolvimento adotados por um governo e suas políticas sociais.

Segundo o novo código, as em- presas devem “ampliar as oportu- nidades econômicas” nos países em desenvolvimento que estejam atu- ando. Pelo tratado, inovação tecno- lógica deve ser gerada e os empre- sários estariam proibidos de dar ou receber subornos dos governos dos países onde possuam suas filiais. Olhando para nossa história, fazer valer essas regras será, para o Bra- sil, um grande desafio.

O diploma não é mais o mesmo

O resultado de dez anos de neoliberalismo e estagnação econômica foi a pior taxa de desemprego da história republicana do país. Na ponta da crise, estão os jovens: 45% dos desempregados têm entre 15 e 24 anos. Programa “primeiro emprego”, uma das principais bandeiras do novo governo, pode até aliviar a situação, mas será insignificante se o país não crescer pelo menos 5% ao ano e não mudar radicalmente o padrão de políticas públicas herdado por FHC

Por Pedro Venceslau

Trabalhar até altas horas da madrugada, equilibrar bandejas, lavar copos, limpar mesas, sempre um sorriso largo para os clientes. De segunda a sexta-feira, às vezes aos sábados, essa é a rotina de Humberto Lima, 25 anos, hoteleiro por profissão e garçom por força das circunstâncias. O atual emprego de Lima é o mesmo que ele tinha em 1999, ano que ingressou na Faculdade de Hotelaria do Senac, no interior de São Paulo. “Quando entrei na faculdade saí do bar, pedi ajuda para minha família e passei a me dedicar só aos estudos. Na época eu já falava italiano, inglês e espanhol, mas não conseguia um emprego melhor. Achei que com o curso de hotelaria eu arranjaría uma boa vaga, mas nunca consegui emprego na área e voltei para cá”, conta o

garçom hoteleiro, que gastou mais de 10 mil reais durante dois anos de curso e atualmente ganha pouco mais de 500 reais por mês, dependendo das gorjetas. Apesar da frustração, Lima se matriculou em outra universidade, que cursa durante o dia e paga com ajuda da família. “Hoje faço Rádio e TV. Espero que dessa vez eu consiga me sustentar com minha profissão”.

O exemplo de Humberto ilustra bem a mudança radical no perfil dos desempregados no Brasil durante a década de 90. Se até os anos 70 o canudo era passaporte para o mercado, hoje a situação é bem diferente. “Nos anos 60 e 70 o diploma era garantia de que não faltaria emprego para o resto da vida. O número de formandos era muito inferior às necessidades do mercado. O curioso é que as uni-



versidades públicas não conseguiram preencher suas vagas”, lembra o economista da USP e mestre em sociologia pela Unicamp, Paulo de Tarso Venceslau.

Outros tempos

Segundo pesquisa recente do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese sobre emprego e desemprego em São Paulo, a capital mais populosa e emblemática do país, a cidade registrou, nos últimos dez anos, mais desempregados universitários do que analfabetos. Os números não deixam dúvidas: 70% das vagas oferecidas em São Paulo no período foram para área doméstica, de segurança e de limpeza e

Primeira iniciativa

Os jovens são os principais prejudicados pelo desequilíbrio da equação entre vagas oferecidas e demanda por postos de trabalho no Brasil. Segundo dados do IBGE, 45% dos desempregados brasileiros estão na faixa entre os 15 e 24 anos de idade. Para amenizar essa crise, o governo Lula elegeu como uma de suas principais bandeiras o programa "Primeiro Emprego". A

idéia é beneficiar 200 mil jovens entre 16 e 24 anos, com uma parceria entre Estado e iniciativa privada. As empresas que aderirem ao programa vão receber, por vaga criada, um incentivo financeiro no valor de 200 reais ou direito a renúncia fiscal no mesmo valor. As principais empresas do país aderiram e se mostraram entusiasmadas com o projeto.

identificado na última década como de natureza voluntária, uma vez que sua superação dependeria do empenho individual. Bastaria a simples decisão do jovem em se capacitar para ele ingressar exitosamente no mercado de trabalho", explica o economista Márcio Pochman, professor licenciado do Instituto de Economia da Unicamp e secretário de Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo.

A única solução para o desemprego, segundo Pochman, é o crescimento econômico. "O Brasil precisa crescer 5% ao ano para absorver os 1 milhão e meio de pessoas que entram no mercado de trabalho todo ano. O programa primeiro emprego lançado pelo governo ajuda, mas não resolve. Não existe solução mágica. O governo Lula foi eleito com o compromisso de criar um novo padrão de políticas públicas, de diminuir a jornada de trabalho, reduzindo horas extras e permitindo a criação de novos postos". O economista lembra ainda que a política econômica não deve aprisionar a produção e o emprego em nome da inserção passiva e subordinada à globalização, valorizando taxas de câmbio e juros elevados e jogando fora a opção por ações desenvolvimentistas.

Mais difícil que vestibular

Quem pensava que o vestibular era a disputa mais acirrada que enfrentaria na vida pode se preparar. O pior ainda está para vir – a batalha pelo primeiro emprego, depois de anos nos bancos das universidades. Segundo o Dieese, o percentual de jovens procurando emprego atualmente é de 30,7%, contra 25,3% registrados há dois anos.

E esse contingente que busca o primeiro emprego encontra menos oferta ainda de cargos especializados, destinados a quem tem diploma de curso superior. Segundo recente reportagem publicada na *Folha de S.Paulo*, "a retração em cargos especializados neste ano foi de 30% em relação a 2001, segundo a Companhia de Talentos, que realiza processos seletivos de empresas como Unilever, Votorantim, Phillip Morris e Scania, entre outras". Ainda segundo a *Folha*, a competição para quem está entrando no mercado de trabalho é mais acirrada do que o vestibular. Para 872 vagas de trainees e estagiários em 19 grandes empresas em 2002, 180 mil pessoas se inscreveram – uma média de 206 candidatos por vaga.



apenas 30% para trabalhos com alta qualificação. É uma mudança significativa, já que até o fim dos anos 80 a maior concentração de desempregados era entre analfabetos, pessoas com baixa escolaridade, negros e mulheres.

"O que garante emprego não é qualificação, mas o crescimento econômico. Na última década, o discurso neoliberal predominante transferiu para a vítima a responsabilidade pelo desemprego. Como se a qualificação fosse a solução para se conseguir trabalho. Como se a falta de acesso do jovem ao emprego não se devesse à escassez de vagas, mas à ausência de capacitação para o trabalho. Em outras palavras, o desemprego juvenil foi

Levantados o

As notícias, tal qual veiculadas pelos grandes meios de comunicação, nos levam a crer que estamos à beira de uma guerra civil no campo. Mas o que poucos se dão ao trabalho de esclarecer é que, há séculos, apenas um dos lados desta batalha leva a melhor. Sempre

Por Luciana Bento

lo chão

Acampamentos à beira das estradas, saques, invasões de fazendas, conflitos violentos, ameaças, assassinatos. Basta ler os jornais, qualquer um, para confirmar a versão de que os sem-terra estariam promovendo a desordem e colocando em risco o sagrado direito à propriedade, garantido na Constituição brasileira.

Eles ainda seriam os responsáveis pela crise econômica, a alta do dólar, o aumento do risco país, o perigo do fracasso da safra de 2004 e a queda da Bolsa de Valores de São Paulo. E o presidente da República (veja só que audácia) incentiva esta situação caótica colocando o boné do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em rede nacional, para quem quiser ver.

Diagnóstico simples, saída igualmente simples: pulso firme contra os sem-terra. Bombardeados pela imprensa, pelos fazendeiros, pelos governos estaduais e municipais, pela polícia e pelo Poder Judiciário, o movimento

perderia força e os problemas no campo (e, de quebra, alguns da economia também) estariam solucionados.

Mas como em casos como este o buraco é sempre mais em baixo, basta um olhar mais cuidadoso na história do Brasil para certificar-se de que o problema no campo não é recente e tampouco foi inventado pelo MST ou por quaisquer dos quatorze movimentos organizados de sem-terra existentes hoje no Brasil.

Dados do IBGE divulgados em 2001 dão uma idéia da desigualdade que reina no país: metade de toda a área agricultável do Brasil está nas mãos de 1% dos proprietários (cerca de 26 mil latifundiários, que possuem sozinhos 178 milhões de hectares de terra). Os 20 maiores proprietários juntos detêm área igual à de 3,3 milhões de pequenos proprietários.

E, de acordo com os movimentos de luta pela terra, existem quatro milhões de famílias à espera de um pedaço de terra para produzir. E a expecta-

tiva é a de que o presidente Lula assente pelo menos um milhão delas em seu governo – o que, segundo suas estimativas, geraria mais de 3,5 milhões de empregos diretos e outros 2 milhões de empregos indiretos, no comércio e na indústria.

O povo de fora

A origem de tamanha desigualdade pode ser creditada às famosas capitânicas hereditárias, quando a Coroa Portuguesa, proprietária de todo o território brasileiro, distribuiu as terras para que doze cidadãos portugueses cuidassem delas.

A primeira partilha aconteceu no longínquo século 16 e o regime vigorou até a primeira metade do século 19, sob o nome de sesmarias – quando os pedaços de terra continuaram sendo distribuídos para o uso produtivo dos “nobres e dos puros de sangue e de fé”.

Em 1850, com a possibilidade de cada vez maior de a escravidão chegar ao fim, foi aprovada a Lei das Terras. A partir daí, teria direito à propriedade quem pagasse por elas, salvo nos casos em que a Coroa reconhecesse antigas

concessões. Mais uma vez, negros, índios, mulatos e brancos pobres – o povo, enfim – ficaram de fora da “partilha”.

Talvez este seja o principal motivo para que a luta pela redistribuição das terras brasileiras seja tão antiga e sempre cercada por conflitos. Da revolta de Canudos no final do século 19 até o surgimento do MST em 1984, passando pelas Ligas Camponesas da década de 50, o tema ressurge, de tempos em tempos, com força, na agenda nacional.

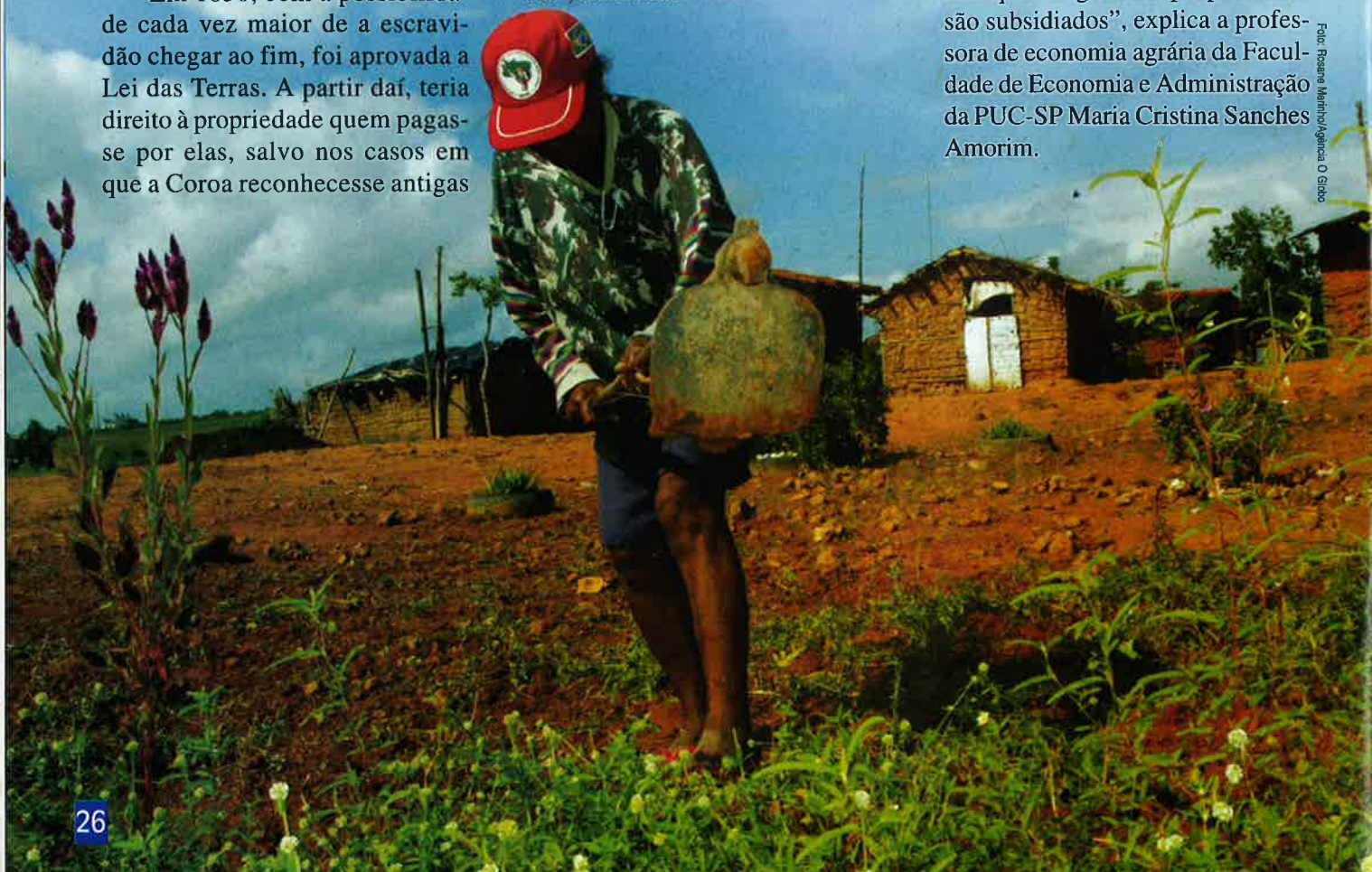
Entretanto, a solução definitiva, ou pelo menos a mínima necessária, nunca acompanha estes momentos de acirramento do problema. Em que pesem os números mais recentes afirmarem o contrário. De acordo com estatísticas oficiais do governo Fernando Henrique, mais de 500 mil famílias foram assentadas nos oito anos de seu mandato.

“Estes números são uma falácia”, denuncia o coordenador naci-

onal da Comissão Pastoral da Terra, Isidoro Revers. “O que houve foi a regularização fundiária de grande parte destas famílias, que já estavam assentadas e produzindo há muito tempo. Fernando Henrique usou de má-fé quando disse que estas famílias foram assentadas em seu governo. Além disso existe a denúncia de que as pessoas estavam apenas cadastradas e o Incra divulgava como se elas já estivessem assentadas”, diz.

Verdadeiros ou falsos, o fato é que números grandiosos não dizem muita coisa. Já está mais do que provado que não basta assentar as famílias. “Distribuir terras é barato, não custa muito para o governo. O caro é garantir saneamento básico, infra-estrutura, energia elétrica, tecnologia, insumos e máquinas para os pequenos agricultores começarem a produzir. Vale lembrar que nos países ricos tanto pequenos quanto grandes proprietários são subsidiados”, explica a professora de economia agrária da Faculdade de Economia e Administração da PUC-SP Maria Cristina Sanches Amorim.

Foto: Resena Marmho/Agência O Globo





Alguns exemplos de assentamentos que deram certo: Assentamento Campos Novos (SC), foto acima e Assentamento Nova Laranjeiras (PR), foto ao lado

Reforma mixuruca

Auditoria realizada pelo Incra, já sob a batuta do atual governo, mostrou que 92% das 524 mil famílias assentadas nos últimos oito anos não tiveram acesso a abastecimento de água; 88% dos assentados (463,2 mil famílias) não têm energia elétrica e 81% (426,3 mil famílias) não possuem estradas para o acesso às suas terras, inviabilizando o escoamento da produção. O documento ainda revela que menos da metade dos assentados recebeu crédito para habitação (43%) e assistência técnica (47%).

“Considera-se que a qualidade dos assentamentos revelada pelo

Censo da Reforma Agrária de 2002 desautoriza a propaganda do governo Fernando Henrique na tentativa de qualificar-se como o governo que realizou a melhor reforma agrária do mundo”, diz o levantamento atual.

Seria, então, o caso de perguntar: a tão esperada reforma agrária será feita no governo Lula? “O presidente é retirante, sem-terra e nordestino. Muitos sem-terra votaram nele por isso e esperamos que ele continue fiel às suas raízes”, explica Revers. “Pelo que podemos ver, até agora, ele não esqueceu suas raízes. Mas acreditamos que os sem-terra precisam continuar pressionando, fazendo sua parte, para

Pequenos produtores, grandes negócios

Apesar de não ser a tônica da economia no campo brasileiro, a pequena propriedade mostra resultados surpreendentes

- No Brasil existem mais de 4,1 milhões de estabelecimentos familiares, o equivalente a 84% dos imóveis rurais do país
- De cada dez trabalhadores do campo, cerca de oito estão ocupados em atividades familiares
- Quase 40% do Valor Bruto da Produção Agropecuária vêm da agricultura familiar (serão cerca de 57 bilhões de reais este ano)
- De todos os alimentos consumidos pelo país, a agricultura familiar produz: quase 70% do feijão, 84% da mandioca, 58% de suínos, 54% da bovinocultura de leite, 49% do milho e 40% de aves e ovos.

(Fonte: Ministério do Desenvolvimento Agrário)

OUTRO PAÍS, OUTRO MUNDO

que a reforma agrária seja feita no país”, conclui.

O certo é que a distribuição de terras aliada à criação de condições para manter o homem no campo não é apenas uma questão de justiça social. Pequenas propriedades têm se mostrado produtivas e desempenhado papel importante para abastecer a mesa dos brasileiros.

Pode parecer surpreendente, mas cerca de 70% dos alimentos básicos consumidos no país são produzidos por pequenos agricultores, que cultivam em terras com menos de 50 hectares.

Isto ocorre porque as grandes propriedades preferem produzir em larga escala para o mercado externo – exportando principalmente soja, milho, cana-de-açúcar e laranja. De acordo com a professora Maria Cristina Amorim, o complexo agroindustrial brasileiro recebeu grande volume de crédito governamental subsidiado até os fins dos anos 70, permitindo a mecanização e industrialização de parte de grandes propriedades. Ajuda que deveria ser estendida aos pequenos e médios.

“Para sobreviver, a agricultura familiar precisa ser amparada principalmente na comercialização de seus produtos. O mercado tradicional é mais favorável ao grande produtor”, avalia. “É muito complicado para os pequenos competir com eles e outras atividades, como turismo rural e produção de alimentos diferenciados como pães, doces e queijos artesanais pode ser bem interessante para os pequenos em diversas regiões do país”, explica a professora.

Todos os países desenvolvidos do mundo baseiam-se na agricultura familiar não só como modelo econômico para o campo mas também como forma de distribuição da riqueza nacional. O país pioneiro

Foto: Caio Guatelli/Folha Imagem



No olho do furacão

Visitas a acampamentos e assentamentos, participação em reuniões nacionais, presença em manifestações e atos políticos, notas públicas, promoção de debates e organização de atividades de apoio à luta dos sem-terra são as atividades que têm contado com a presença da União Nacional dos Estudantes.

“Os estudantes e o meio universitário têm muita importância para a luta pela reforma agrária porque esta não é uma luta apenas dos sem-terra. É para democratizar a sociedade e por um novo modelo econômico para o Brasil”, afirma o coordenador nacional do MST,

João Pedro Stédile.

A UNE participa da Coordenação dos Movimentos Populares, fórum formado por várias entidades, entre elas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Central Única dos Trabalhadores. O objetivo da coordenação é acompanhar as ações do governo federal e cobrar a realização das mudanças necessárias para o país.

“Temos uma postura de independência e autonomia em relação ao governo, mas acreditamos que Lula tem condições de levar adiante as mudanças estruturais que o Brasil necessita. E a reforma agrária é uma das prioritárias”, avalia o presidente da UNE, Gustavo Petta.

foi a Dinamarca, ainda no final de século 18. O último foi o Japão, na década de 60, passando por nações como a Coreia do Sul e Taiwan.

E, neste quesito, o Brasil continua na lanterna, entrando no século 21 como o país mais desigual do mundo em vários pontos – inclusive no que diz respeito à concentração de terras.

O recrudescimento de entidades conservadoras como a União

Democrática Ruralista (UDR) e o crescimento da violência no campo, com o aumento do número de latifundiários que preferem fazer “justiça” com as próprias mãos, dão uma dimensão dos interesses que estão envolvidos na questão. Resta saber quando e como o Poder Público terá coragem de mexer no vespeiro e começará a pagar esta dívida histórica que o país tem com ele mesmo.

“Não podemos perder esta chance histórica”

Foto: Paulo Lubbert/AE



Nos últimos anos, o economista e coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), João Pedro Stédile, tem se destacado no cenário nacional como uma das figuras mais polêmicas do país.

Suas declarações, não raro, são estampadas nas capas de jornais e revistas como exageradas ameaças à ordem estabelecida. A mais recente, publicada com alarde pelo jornal gaúcho *Zero Hora*, de que “a luta camponesa abriga 23 milhões de pessoas e do outro lado, há 27 mil fazendeiros. Será que mil perdem para um?”, chegou aos nossos ouvidos como incitação a conflitos armados no campo – sem esclarecer quem de fato detém as armas de fogo.

Stédile defende-se dizendo que a imprensa deturpou suas palavras, pinçadas de uma palestra de quarenta minutos. O episódio é mais um no extenso currículo de declarações suas que são mal interpretadas pela grande imprensa – que, verdade seja dita, não costuma ter boa vontade com o economista, uma das lideranças populares mais influentes do país.

Nesta entrevista exclusiva à revista **Movimento**, Stédile analisa os primeiros meses do governo Lula e diz por que os movimentos populares têm sido tão duramente atacados nos últimos tempos, além de defender a continuidade das mobilizações e invasões de terras não produtivas. “Todas as mobilizações sociais, não só as do campo, representam um processo de apoio às mudanças. Quem é contra a mobilização do povo não quer mudanças”, explica.

Por **Luciana Bento**

Para que rumo o atual governo aponta?

É muito cedo para fazer uma avaliação do governo Lula, que recebeu a herança maldita de uma política econômica de dez anos de neoliberalismo, muito difícil de se mudar de uma hora para outra. Mas o fato é que até agora o governo, chantageado pelo grande capital financeiro, não fez mudanças na política econômica. E os resultados sociais foram uma lástima: a economia não voltou a crescer, o desemprego aumentou e estamos à beira de uma recessão. Por isso esperamos que, no segundo semestre, o governo mude a política econômica e comece a fazer as mudanças que o povo exigiu nas urnas.

As ocupações de terra neste momento não seriam precipitadas? Não seria necessário um pouco mais de tempo para o governo Lula começar a fazer a reforma agrária?

Todas as mobilizações sociais, não só as do campo, representam um processo de apoio às mudanças. Quem é contra a mobilização do povo não quer mudanças. Em nenhuma sociedade do mundo, em toda história da civilização, as mudanças sociais aconteceram pela vontade de um pequeno grupo ou porque o governo quis. Elas sempre foram resultado de amplas mobilizações de massa. E o papel do MST é justamente o de organizar os pobres do campo para que se conscientizem e lutem por seus direitos, que são básicos: terra, trabalho, moradia, educação.

Setores críticos ao MST têm afirmado que vocês controlam o Ministério do Desenvolvimento Agrário, Incra e Ouvidoria Agrária. Como o movimento respon-

Foto: Paulo Liberti/AE



“ Todos os países hoje desentrem a reforma agrária como forma de promover o desenvolvimento e construir uma sociedade mais justa.”

de a estas insinuações?

Isto é uma mentira deslavada. Faz parte da luta ideológica. Os setores da burguesia, os conservadores que perderam as eleições, fazem estas insinuações para tentar desviar o verdadeiro debate. O que eles queriam? Que o ministro da Reforma Agrária continuasse contra a reforma agrária, como era o Raul Jungmann? O governo passado, aliás, não só deixou de fazer a refor-

ma agrária, como promoveu uma contra-reforma agrária: os latifundiários aumentaram suas terras, 920 mil pequenas propriedades com menos de cem hectares desapareceram e dois milhões de assalariados rurais perderam emprego. Tudo isso representa um represamento das demandas sociais, que agora vêm à tona com a vitória de Lula.

Como o senhor vê o reapare-

um país como o Brasil?

Por muitas razões. A reforma agrária é uma solução para resolver o problema da concentração da propriedade da terra, um bem da natureza que deveria ser utilizado em benefício de todos. Todos os países hoje desenvolvidos fizeram a reforma agrária como forma de promover o mercado interno e construir uma sociedade mais democrática no meio rural. Infelizmente o nosso país sempre foi tão manipulado por uma pequena minoria, que tivemos diversas oportunidades históricas para fazer a reforma agrária e ela sempre foi impedida: na libertação dos escravos em 1888, na implantação do modelo de industrialização em 1930 e na própria crise desse modelo, no curto período do governo João Goulart nos anos 60. E agora temos mais uma chance histórica. Espero que não a percamos de novo...

A imprensa frequentemente acusa o MST de incentivar a violência e a baderna. Como o senhor vê esta situação?

Os estudantes também não eram baderneiros quando lutaram contra a ditadura e pelo impeachment de Collor? Quando lutam contra as mensalidades nas faculdades particulares não são chamados de baderneiros? Se clamarem por universidade pública e gratuita não dizem que vocês querem privilégios? O próprio Lula, que hoje é o nosso presidente, já foi chamado de baderneiro, já pegou cadeia, já foi processado por incitação à violência.

O importante não é perguntar de que lado a opinião pública está e sim lutar por causas justas. É também preciso que os movimentos construam os seus próprios meios de comunicação.

Desenvolvidos fizeram a reforma para promover o mercado interno e uma sociedade democrática no meio rural

cimento de entidades como a União Democrática Ruralista e a Tradição Família e Propriedade, que ressurgiu distribuindo panfletos nas ruas de São Paulo e Rio de Janeiro?

Este ressurgimento não tem significado político nenhum. Estas entidades representam um pensamento feudal e tão conservador que nem conseguem articular a sua base potencial. São movidas apenas por

ódio e dinheiro. Nosso problema é o Fundo Monetário Internacional, os acordos da Área de Livre Comércio das Américas, o capital internacional, os banqueiros, as multinacionais. Estes, sim, representam o poder hegemônico da burguesia hoje. São eles que devem nos preocupar.

Por que a reforma agrária é uma bandeira prioritária em

Há 50 anos, o petróleo

A história da maior empresa brasileira começou em uma campanha da UNE, que montou nas praças do país réplicas de torres de petróleo e mobilizou a sociedade para que o Brasil explorasse suas reservas estratégicas desse combustível. Agora, cinquenta anos depois, o que foi classificado como um sonho de estudantes se transformou em uma empresa de tecnologia de ponta.

Sem ela, o Brasil não seria o Brasil

Foto: Monique Caval/Agência O Globo



o é nosso

Brasil, 1948. Os cidadãos que passavam pela Cinelândia, no Rio, ou pela praça da República, em São Paulo, paravam para ver uma imagem ainda pouco conhecida – a réplica de um poço de petróleo. Ao lado dela, frequentemente, um estudante discursava, defendendo que o Brasil tinha petróleo e que manter o monopólio da exploração era fundamental para a soberania do país. Era o auge da campanha “O Petróleo é Nosso”, lançada pela UNE no ano anterior.

Foi em 1947 que o debate sobre o petróleo esquentou, depois de uma entrevista em que o general Juarez Távora defendia a exploração do petróleo nacional por empresas estrangeiras. Nos últimos anos da década de 30, o Brasil já consumia 38 mil barris por dia de petróleo, totalmente importados, fazendo a alegria das distribuidoras estrangeiras que já atuavam no país. Nestes anos, o México criou sua estatal do petróleo, a Pemex, assim como a Argentina e o Peru – fatos que sensibilizaram os militares brasileiros, preocupados com a crescente dependência do Brasil no setor.

Este movimento e a intensificação da abertura de novos poços no Recôncavo Baiano levaram o presidente Getúlio Vargas a criar, pelo Decreto-lei nº 395, de 29 de abril de 1938, o Conselho Nacio-

nal do Petróleo (CNP), com a atribuição de analisar os pedidos de pesquisa e lavra de jazidas de petróleo, regular as atividades de importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo e seus derivados e o funcionamento da indústria do refino. Pelo decreto, as jazidas de petróleo passaram a constituir patrimônio nacional e o abastecimento brasileiro desse mineral foi considerado de utilidade pública.

Os primeiros sucessos exploratórios dos anos 40 despertaram o interesse dos consórcios internacionais, apesar das restrições legais à participação de estrangeiros. Várias propostas de participação na exploração petrolífera do país fo-

ram encaminhadas ao governo, por parte, principalmente, da Standard Oil (Esso) e da Royal DutchShell, que já se encontravam no país no setor de distribuição. Foram todas recusadas, com base na Constituição e na convicção de que o petróleo era uma riqueza essencial à defesa militar e à soberania da nação.

Sonho e patriotismo

Foi então que a UNE resolveu sair em campo em defesa do monopólio estatal do petróleo. O presidente da UNE de então, Roberto Gusmão, juntou-se a três colegas e foi procurar Monteiro Lobato, histórico defensor do petróleo brasileiro, para entender o tema. “Lobato



Roberto Gusmão, na época presidente da UNE, discursa na campanha pelo petróleo em julho de 1948, no Rio de Janeiro

Foto: Arquivo

nos deu uma entrevista, mas recomendou esquecer essa história porque acabaríamos presos”, afirmou Gusmão em entrevista à revista *Época*.

Os estudantes, então, se uniram aos intelectuais e militares e fundaram o Centro de Estudos e Debates de Defesa do Petróleo, que começou a funcionar na sede da UNE, no Rio de Janeiro.

Em abril de 1948, a UNE lançou o primeiro manifesto de defesa das reservas nacionais – e a campanha “O Petróleo é Nosso” foi para as ruas, com as famosas réplicas de poços e ganhou grande apoio popular. “Se não fosse o patriotismo e o sonho de Brasil que está na consciência de todo estudante, nunca alcançaríamos a auto-suficiência”, avalia Gusmão.

Em 3 de outubro de 1953, o então presidente da República Getúlio Vargas sancionava a Lei 2004, instituindo o monopólio estatal na pesquisa e lavra, refino e transporte do petróleo e seus derivados, e criando, para exercê-lo, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras – sociedade por ações, de economia mista, com predominância obrigatória de capital subscrito pelo governo da União. Em 1963, o monopólio foi ampliado, passando a abranger igualmente as atividades de impor-

tação e exportação de petróleo bruto e seus derivados.

Abastecendo com petróleo e seus derivados o mercado nestas cinco décadas, a Petrobras deu ao Brasil uma independência difícil de ser alcançada em um século em que o petróleo tem mais valor estratégico e monetário que qualquer outra riqueza. Hoje apenas 18% do petróleo consumido no país são importados.

O papel da UNE para o surgimento da Petrobrás é reconhecido por todos os setores da sociedade. “Foi uma luta de grandes mobilizações de rua, com a presença sempre fundamental dos estudantes, contra as pressões estrangeiras para que o Brasil não tivesse soberania na exploração do petróleo”, afirma Antônio Carlos Spis, do Sindicato Unificado dos Petroleiros de São Paulo e secretário de Comunicação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

História recente

Existem duas maneiras de se controlar a indústria do petróleo: suas atividades são monopólio estatal – por conseguinte, propriedade da nação – ou propriedade do cartel internacional.

O Brasil trabalhou até 1997

apenas com a primeira opção – monopólio estatal. E os benefícios advindos desta estratégia não foram poucos. Foi o período em que a Petrobrás se afirmou como empresa, investiu pesado em pesquisa e desenvolveu tecnologias de ponta, como a exploração marítima de petróleo, que a fizeram uma das maiores do mundo. “Nestes 50 anos, a empresa teve um papel estratégico e econômico fundamental para o país. A Petrobrás gerou, adquiriu ou absorveu tecnologia nacional, que deu um salto na produção e na indústria nacional. Chegamos a ter 5 mil fornecedores nacionais de tecnologia de ponta, 3 milhões de empregos e 260 bilhões de dólares de divisa para o Brasil com o petróleo”, conta Fernando Siqueira, presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet).

Segundo Siqueira, todas estas conquistas foram abaladas a partir de 1997, quando FHC, a serviço das corporações internacionais quebrou o monopólio da União sobre a produção do petróleo, instaurando uma terceirização pesada na empresa. “São 116 mil terceirizados, inclusive em atividades fim, sem capacitação adequada e servindo de mão-de-obra mais barata. Queremos que este pessoal seja capacitado e contratado por concurso pú-



Anos 40: a campanha

Unidos a intelectuais e militares, os estudantes fundam o Centro de Estudos e Debates de

Defesa do Petróleo. Em seguida, a UNE lança a campanha “O Petróleo é Nosso”, que ganha grande apoio do povo brasileiro. A partir de 1947, acontecem várias manifestações em defesa do monopólio estatal do petróleo.



1953: surge a Petrobrás

Em outubro de 1953, o presidente Getúlio Vargas assina a Lei 2004, que criou a Petróleo Brasileiro S/A – Petrobrás.

Estavam lançadas as bases para consolidação de uma empresa estratégica, que viria a ser uma das maiores do mundo.

blico”, afirma Siqueira.

Entre 1973 e 1998, em 25 anos, foram registrados apenas 17 acidentes graves na empresa. Em 1999, ano seguinte da abertura a terceirização, foram 9 acidentes; em 2000, foram 34; e em 2001, foram 22. Fora todos os prejuízos ambientais.

São questões como estas que hoje preocupam o governo Lula e a organizada categoria dos petroleiros. “Um país em desenvolvimento como o Brasil gera tecnologia basicamente através de três instâncias – as estatais, as universidades e o exército. Se não se dá condição de funcionamento adequada para estas organizações, o país fica cada vez mais dependente da tecnologia estrangeira”, avalia Siqueira.

“Uma empresa como a Petrobrás, lucrativa como ela é, não pode deixar de ser pública de forma alguma. A empresa vinha mantendo uma média de lucro de 2 bilhões de reais e só no primeiro semestre de 2003 obteve 7 bilhões. Por isso, devemos lutar pelo direito de a Petrobrás continuar sendo pública, servindo a interesses públicos”, complementa Antonio Carlos Spis, da CUT.

E é este caráter público, esta defesa feita por seus funcionários e pelo povo brasileiro que não per-

Parte da mesma história

Em 1963, um número especial da revista Movimento comemorava os dez anos do surgimento da Petrobrás, “afirmação da soberania nacional e símbolo do binômio povo e liberdade”. As histórias da UNE e da Petrobrás andam juntas.



Anos 50: os primeiros tempos

Quando foi fundada, a Petrobrás produzia 2.700 barris por dia, o que

correspondia a 27% do consumo nacional. O petróleo vinha dos campos situados na Bahia, todos ainda em fase muito inicial de exploração. O parque de refinarias era ainda muito pequeno, e a maioria dos derivados era importada.



Anos 60: grande desenvolvimento

Em 1961, a Petrobrás atinge um dos seus principais objetivos: a auto-suficiência na produção dos

principais derivados. O presidente Juscelino Kubitschek inaugura a Reduc – Refinaria Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e estabelece monopólio sobre a importação de petróleo e derivados.



Foto: Fernando Nonato/Ag. Petróbras

Vendendo energia

Os números da Petrobrás mostram a grandeza da empresa pública nacional

Receita (em bilhões de dólares)	22,612
Lucro líquido (em bilhões de dólares)	2,311
Reservas	10,5 bilhões de barris de óleo e gás equivalente
Poços ativos	9.842 (852 marítimos)
Funcionários	49 mil

Fonte: Petrobrás, dados de 2002

mitiram a total privatização do setor petrolífero, ao contrário do que ocorreu com outros como elétrico e de telefonia. O governo Fernando Henrique encontrou uma brava resistência pela frente quando quis entregar ao capital estrangeiro a maior empresa do Brasil.

Em 1995, os petroleiros organizaram e mantiveram uma greve de 32 dias, a mais longa da história do sindicalismo brasileiro. A greve era contra o arrocho salarial e as reformas constitucionais impostas por FHC, entre elas a quebra do monopólio estatal do petróleo.

“Precisamos nos unir em torno deste patrimônio nacional, reconstituir a campanha ‘O Petróleo é Nosso’, e a UNE, enquanto entidade aguerrida e mobilizadora, tem um papel fundamental a cumprir”, diz Siqueira, da Aepet.

Esperança no futuro

A edição 9 da revista **Movimento**, de março de 1963, comemorava os dez anos da Petrobrás e trazia os seguintes dizeres na capa: “Petrobras no Brasil significa independência, luta, vitória popular. Significa derrota das forças reacionárias, externas e internas. Significa afirmação da soberania nacional. É símbolo do binômio: povo-liberdade”.



Fotos: Arquivo/Petrobras

Anos 70: avanço para o mar

Começam a ser feitas descobertas de reservas no litoral de vários estados. Foi a década da

grande crise do petróleo, quando, entre 1973 e 1979, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) impõe forte alta nos preços do mineral.



Anos 80: o grande desafio

A década se inicia com o preço internacional do petróleo nas alturas. Em 1981, o Brasil chegava a comprometer 10 bilhões de dólares em divisas para importação de petróleo e seus derivados. Fortes investimentos na

exploração e produção feitos pela Petrobrás ajudaram a diminuir a dependência energética. Ao final da década, eram gastos 3 bilhões com a importação.



A Petrobrás produz

- **1,6 milhão** de barris por dia
 - O Brasil já produz **82% do petróleo** que consome
 - **48 milhões de dólares/dia**
- Se não fosse esta produção, o país gastaria com importação

Este binômio, para o movimento estudantil, continua vivo. “A União Nacional dos Estudantes orgulha-se de fazer parte da história da Petrobrás e do Brasil tendo como fim, sempre, a luta pelo desenvolvimento nacional”, afirma Gustavo Petta, presidente da entidade.

Para comemorar seus 50 anos, a Petrobrás está veiculando uma campanha publicitária institucional que indaga aos brasileiros: “O que você quer sonhar agora?”.

Baseada em uma história de

desafios e sonhos alcançados – a única empresa a explorar petróleo em águas profundas e ainda com tecnologia totalmente brasileira, quase auto-suficiência em petróleo, 30 anos de reservas para abastecer o mercado nacional e a assim por diante –, a Petrobrás se propõe a continuar sonhando e a vencer os desafios futuros, mantendo seu caráter público.

“A Petrobrás mostrou ao brasileiro que ele é competente, criativo e que pode sim determinar o de-

envolvimento do Brasil. É este espírito que precisamos manter, mobilizando as forças organizadas e vivas da sociedade para que juntos possamos reverter os estragos da gestão FHC. E a UNE, com seu fantástico poder de aglutinação, tem um papel importantíssimo. A eleição de Lula já estancou um pouco o processo de desestruturação da empresa, mas a pressão das multinacionais é grande e, por isso, nossa pressão precisa ser maior”, diz Fernando Siqueira.



No fundo do poço tinha sucesso

Ao final dos anos 80, a Petrobrás desenvolve a tecnologia para explorar petróleo em águas até mil metros. Até então, nenhuma empresa

no mundo conseguia produzir em águas mais profundas que 500 metros. Foi uma ousadia que resultou em sucesso e em um salto tecnológico que repercute até os dias de hoje.



Anos 90: avanços e crises

Os avanços tecnológicos permitem exploração em águas superprofundas, a produção cresce e a Petrobrás se firma como uma das maiores empresas do mundo. Mas, junto com os

avanços, que praticamente garantem a auto-suficiência, vem o governo FHC e a quebra do monopólio, além das políticas de terceirização que ameaçam a qualidade da empresa. Com o novo governo, renasce a esperança de mais avanços e mais respeito ao patrimônio público.



Academia de artes

Ainda muitas vezes de circulação restrita, as publicações especializadas em artes, produzidas nas universidades, são uma demonstração de que existe um pensamento vivo e pulsante nessas instituições

Por Gabriela Moulin

Em todo Brasil, diversos cursos superiores formam artistas das mais distintas linguagens – teatro, dança, cinema, artes plásticas, literatura. E dentro destes departamentos existe uma criação viva e pulsante, artistas que se propõem não somente a vivenciar o processo criativo, mas também a atrelá-lo à reflexão e à pesquisa.

Assim como a universidade pode contribuir para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia nacional ou para as teorias da educação, do direito, da economia e assim por diante, é também espaço importante para o pensamento artístico, para o surgimento da vanguarda, do novo, e para

a discussão de uma política cultural para o país.

Na prática, o Circuito Universitário de Cultura e Arte (Cuca) e todos os grupos de teatro, literatura, cinema e artes plásticas têm mostrado que se faz (e se pensa) arte na universidade.

Mas, sobre a produção de conhecimento artístico que os cursos de graduação, pós-graduação e extensão das universidades brasileiras estão desenvolvendo, um público ainda muito restrito tem acesso. As revistas produzidas por jovens artistas universitários e por departamentos acadêmicos são talvez a principal fonte de comunicação com estes trabalhos.

Palco de letras

A Universidade de São Paulo (USP) edita várias publicações ligadas à arte. O departamento de Artes Cênicas edita a revista *Sala Preta* desde 2001, ligada à pós-graduação da área. “O curso de Artes Cênicas da USP foi pioneiro no Brasil e formou grandes atores hoje atuantes em cinema, teatro e televisão. A pós-graduação existe desde os anos 1980 e era fundamental produzir uma publicação que expusesse nossa reflexão para outros pesquisadores e também para a sociedade”, conta Luis Fernando Ramos, editor de *Sala Preta* e professor da Escola de Comunicação e Artes da USP.

Ramos já foi editor de uma outra revista de teatro – *Palco e Platéia* –, mais voltada à classe artística e ao mercado teatral. Há três anos decidiu encampar a produção de uma revista mais acadêmica, o que requer mais rigor e pesquisa. A revista *Sala Preta* é produzida com recursos da universidade, ainda insuficientes para uma produção mais tranqüila. “Faço tudo, desde a pauta até a distribuição”, conta Ramos.

Mas, mesmo com todas as dificuldades, a revista vai se firmando. “O princípio da vida acadêmica é alimentar a massa crítica, gerar saber e olhar crítico para a produção. E a publicação existe para cumprir isso. Além disso, atualmente, teoria e prática teatral estão muito coladas. O teatro tem cada vez mais uma pesquisa aprofundada e a universidade está refletindo mais sobre a prática. A *Sala Preta* pode fazer esta comunicação, este trânsito entre a teoria e a prática”, explica Ramos.

A revista, como ressalta o professor, faz também o intercâmbio entre universidades. “Divulgamos para outros cursos de artes cênicas e para outros pesquisadores o que

se produz dentro da USP. O curso de teatro da Universidade Federal da Bahia (UFBA), por exemplo, também tem uma revista, a *Reperatório*, e as publicações podem servir de espaço para troca de conhecimento”, diz.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) também possui uma revista do departamento de artes cênicas, a *Urdimento*. Na Universidade do Rio de Janeiro (Unirio), é publicada a *Percevejo*.

A *Sala Preta* tem periodicidade anual e o terceiro número está sendo preparado para o lançamento ainda no segundo semestre deste ano. Como nas outras edições, a revista traz um dossiê especial sobre algum tema da dramaturgia – nesta edição será a teoria do teatro – e uma análise sobre uma peça montada recentemente, que desta vez será *A Paixão Segundo G.H.*, dirigida por Henrique Diaz e baseada na obra de Clarisse Lispector.

Exercício crítico

Um grupo de jovens críticos de arte (título que eles não apreciam muito) proveniente da graduação e da pós-graduação da USP e da Unicamp, dos mais diversos cursos – filosofia, artes plásticas, comunicação e teoria do teatro: este é o corpo editorial da recém-lançada revista *Número*.

Os dez estudantes que se reúnem há um ano no Centro Universitário Maria Antonia (Ceuma), da USP, montaram um grupo de estudos sobre questões ligadas à filosofia e à crítica de arte, sob a orientação do professor Lorenzo Mammi, e escrevem textos para os folders e catálogos das exposições do Ceuma. “A revista *Número* surgiu agora com a intenção de desenvolver a crítica de arte, o exercício crítico, e trocar idéias e analisar o panorama da arte contemporânea,

com o enfoque na arte brasileira”, afirma Daniela Labra, membro do corpo editorial e mestranda em Artes Visuais na Unicamp.

Daniela lembra que o Ceuma sempre foi um pólo de efervescência cultural, abrigou a Faculdade de Filosofia da USP durante muitos anos e foi fechado durante a ditadura militar. “Achamos importante retomar esta face do Ceuma, como lugar de expressão artística, reflexão filosófica”, diz.

A revista *Número* é trimestral. A primeira edição se dedicou à discussão dos “circuitos alternativos” e da arte “independente”. A próxima, segundo Daniela, deverá tratar da “ditadura do espectador”, levantar a discussão sobre até que ponto as exposições de arte atendem apenas aos anseios de entretenimento do espectador. A revista recebe artigos, resenhas, entrevistas, ilustrações, projetos de intervenção gráfica e ensaios fotográficos de colaboradores. O material deve ser enviado para a revista, no Ceuma, Rua Maria Antonia, 294, Vila Buarque, São Paulo, SP, cep: 01222-010.

Outra revista ligada às artes plásticas, lançada recentemente pelo departamento de Artes Plásticas da ECA/USP (www.eca.usp.br), é a revista *Ars*, editada pelo professor Marco Gianotti.

Nas artes cinematográficas, a revista *Sinopse*, ligada ao Cinusp (www.usp.br/cinusp), se destaca. A revista tem levantado polêmicas importantes sobre os rumos da cinematografia brasileira e já conseguiu se estruturar melhor em distribuição e divulgação.

Estas, e muitas outras publicações, mostram que a pesquisa e o pensamento desenvolvido dentro da universidade vão muito além dos laboratórios – moram na idéia, na crítica, na liberdade para pensar.



Foto: Thomaz Farkas

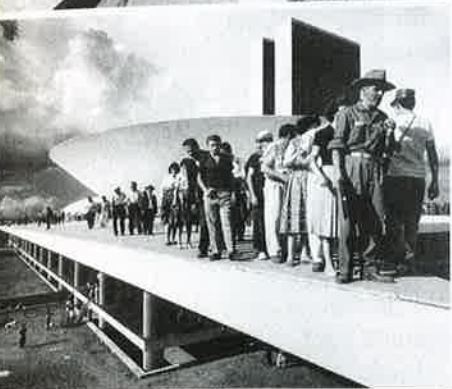


Foto: José Medeiros



Foto: Juca Martins



Foto: Sebastião Salgado

O olhar brasileiro

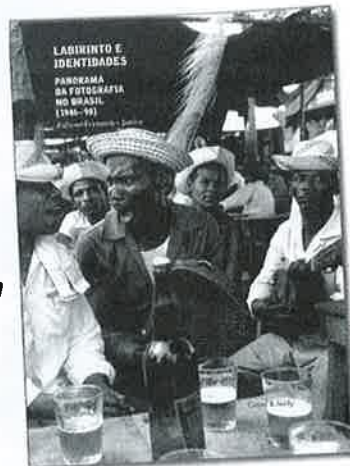
A fotografia, às vezes subestimada no conjunto das grandes manifestações artísticas nacionais, mostra que tem uma história importante e uma poética sensível a revelar

Por Gabriela Moulin

O mundo contemporâneo, inundado de imagens de todos os tipos, que entorpecem o olhar, também é o mundo das imagens sensíveis, do dramático e do experimental. É a fotografia que se destaca da mesmice. No Brasil, essa arte, muitas vezes subestimada no conjunto das grandes manifestações do século 20, tem uma história importante e uma poética sensível a revelar.

Um pouco desta trajetória é contada no livro *Labirinto e Identidades – Panorama da Fotografia no Brasil (1946-98)*, do pesquisador e crítico Rubens Fernandes Junior, que trata da obra de 31 fotógrafos brasileiros. Uma edição muito bem-cuidada traz reprodução das obras dos artistas, divididos pelas décadas de 40 e 50, 60 e 70, e 80 e 90.

Das décadas de 40 e 50, destacam-se as obras de Geraldo de Barros, Thomaz Farkas, José Medeiros e Pierre Verger. É o período da construção da imagem de um Brasil moderno, nas fotos que documentam a construção de Brasília ou na moderna percepção e valorização de nossa ancestralidade e de nossa cultura híbrida.



Labirinto e Identidades – Panorama da Fotografia no Brasil (1946-98), de Rubens Fernandes Junior, Cosac & Naify (www.cosacnaify.com.br)

Os anos 60 e 70 são os anos dourados do fotojornalismo brasileiro, com profissionais como Maureen Bisilliat, Walter Firmo e Luis Humberto, que utilizam a fotografia como fonte de informação e representação da identidade nacional.

Os fotógrafos que se destacam na década de 80 são responsáveis pela projeção internacional da fotografia brasileira, como Sebastião Salgado. O Brasil é retratado em sua exuberância natural, nas manifestações populares, na fé religiosa, no desmatamento, no experimentalismo ou na influência da cultura africana.

A década de 90 ressaltou os trabalhos de alguns nomes, como Ed Viggiani e Elza Lima, que introduziram um olhar documental mais expressivo e uma nova atitude experimental.

Documentário traz o cotidiano de um dos grandes artistas brasileiros, Paulinho da Viola, e oferece passeio histórico pela música brasileira

Por Luciana Bento

O tempo de Paulinho

Fotos: Divulgação

Para os fãs, programa obrigatório. Para quem ainda não está familiarizado com a obra de Paulinho da Viola, o documentário *Meu tempo é hoje* é uma deliciosa introdução ao universo desse artista fundamental.

O documentário é centrado no cotidiano do músico: suas manias, paixões, hobbies, família, amigos. E é com esta intimidade que ele nos fala de sua convivência artística e, em alguns casos, pessoal, com Jacob do Bandolim (1918-1969), Pixinguinha (1898-1973), Cartola (1908-1980), Zé Ketti (1921-1999) e Nelson Cavaquinho (1911-1986). Alguns destes mestres frequentaram sua casa, onde iam tocar com o pai de Paulinho, o violonista do grupo de choro Época de Ouro, César Faria.

Pelas mãos de Paulinho, visitamos um Rio de Janeiro bem diferente do que aparece nas novelas globais. São lu-

gares do Rio antigo, o bar onde costuma jogar sinuca na Praça Mauá, a loja de ferramentas em que compra material para sua marcenaria, a oficina do luthier que constrói cavaquinhos...

Aparentemente fragmentado, o documentário tem, como fio condutor, reflexões sobre o tempo – que também é tema recorrente em suas canções: “Quando penso no futuro, não esqueço meu passado”, “Só o tempo ajuda a gente a viver” ou “Amor, repare o tempo enquanto eu faço um samba triste pra cantar”.

E o que parece saudosismo é logo desmistificado por Paulinho, que diz não sentir saudades. “Estar agarrado a um determinado tempo é voltar para trás. A saudade anula a vida. Tudo que me toca está vivo em mim”.



Ficha técnica

“Meu tempo é hoje” Documentário – Brasil/ 2003 – 83 min Direção: Izabel Jaguaribe. Roteiro: Izabel Jaguaribe/Zuenir Ventura/Joana Ventura

A vida, amarelo

O cineasta **Cláudio Assis**, pernambucano de Caruaru, mostrou a que veio já em seu primeiro longa metragem – *Amarelo Manga*. Premiado, o filme tem despertado curiosidade, elogios e polêmicas da crítica e do público. É um filme forte, vivo e sem medo de dizer o que quer – assim como o próprio diretor, que quer mudar o cinema brasileiro e não aceita maquiagem a vida

Por **Gabriela Moulin**

O que é amarelo manga?

O filme *Amarelo Manga* trata do dia-a-dia das pessoas, da violência, é um olhar sobre o dia de um bando de gente da cidade, um filme sobre o amor. Os personagens são guiados pelas paixões e se metem em um universo de armadilhas que é do amor e da vida mesmo. O nome *Amarelo Manga* é por causa da cor da bandeira que roubaram do nosso país, é o sexo da mulher que está no filme. Esta cor está na vida do nordestino, cor da miséria, do amarelo hepático, é o carro do personagem.

Você explora bastante a questão da religiosidade do povo brasileiro. Qual a importância deste tema?

O Brasil é um país super religioso e a gente vê a ostentação da Igreja Católica e as loucuras do Protestantismo, que chega a ser reacionário. Eu vejo aqui no Rio que algumas coisas estão acabando porque os velhos estão morrendo e os filhos protestantes não podem mais fazer folguedos, a religião não permite. Vai acabando a cultura popular. No filme a gente mostra a religião como ela é e não estou aqui para criticar a religião de ninguém. Cada um tem a sua.

O filme está sendo comentado por ter cenas fortes, ser provocativo. Essa era a sua proposta?

Acho que a vida é muito pior do que está no filme. Tratei as coisas de forma natural. O filme não é pesado, eu não inventei nada ali. A gente

passou este filme para o Lula e ele disse: “esse é o Brasil que muita gente faz questão de não ver”.

É a realidade do Brasil...

Lula disse que este era o único filme, dos que ele viu, que não era apenas do eixo Rio-São Paulo, era um filme do Brasil. E é isso que eu torço para que seja.

Só é considerado que é cinema brasileiro o que é feito no Rio ou em São Paulo. Quando se faz filme no Rio Grande do Sul, é filme gaúcho. Se for no Ceará, é cearense. Por que estes não são brasileiros? Uma das coisas que eu luto é para fazer um filme brasileiro. Não que eu tenha vergonha de ser pernambucano, muito pelo contrário, tenho muito orgulho. Mas *Amarelo Manga* é um filme brasileiro.

É desrespeitoso para você maquiagem a imagem do povo, ser “bonzinho”?

A maquiagem impede o respeito às pessoas, impede que elas sejam elas mesmas. Mostra um Brasil que não é real. Os cineastas brasileiros têm culpa e, por isso, ficam mostrando um povo bonzinho, um pobre bonzinho. E o povo não é bonzinho

ela como ela é

nada, o povo quer respeito, quer dignidade. O cinema é uma arte de elite. Muitos fazem cinema com culpa e aí pintam o nordestino como o bonito.

Acontece em especial com a temática do Nordeste?

Cada um olha de uma maneira e acho que existe um jeito muito errado de se olhar para o Nordeste. Como o Brasil é um país muito grande, tem temas e a possibilidade de se fazer tudo, mas faça com o seu dinheiro, não com o dinheiro do povo.

Você acredita que a forma de captação de recursos esteja errada?

95% da captação de cinema ficam no eixo Rio-São Paulo, e os outros 5% para todo o resto do país. É só pegar os números do governo. No Nordeste não existe equipamento, escola de cinema, nada.

No início do ano um grupo de cineastas se manifestou ardorosamente contra a decisão de algumas estatais de exigir algum tipo de “contrapartida social” para a produção artística. Qual a sua opinião a respeito?

Aquilo era um grupo que estava sendo alijado das tetas das estatais. Vários destes cineastas estão sendo beneficiados desde a ditadura, não pararam de produzir nunca. Com a mudança de governo, muda a filosofia, muda quem manda. E aí os caras gritaram “social não, social não”. Mas tudo isso para chamar atenção sobre eles também, porque a mídia é besta. A polêmica da contrapartida social era só pano de fundo, o que eles estavam dizendo era: “e agora, o que vamos fazer com nossos grandes projetos? Vai

mudar a nossa regra?”. A questão social tem que ser discutida. Eu fiz meu filme, um filme barato, e se o governo quiser passar em fundações, escolas, é só solicitar. O governo tem que incentivar salas de projeção mais baratas, com preços populares, colocar nos bairros, nas escolas, nas periferias. Se você pega dinheiro do povo, de impostos, para fazer um filme, por que não dar uma contrapartida? Eu discordo quando o artista fala: “minha obra já é uma contrapartida social”. Que papo é esse? Pega dinheiro do povo e diz que já fez sua parte por ser artista?

Qual a política necessária?

Temos que descentralizar a produção, respeitar as regiões, os sotaques, dar vez e voz para mais pessoas. Deve haver uma regionalização dos recursos, do enfoque. É preciso discutir com a sociedade, com as entidades, com os artistas para poder chegar a algum lugar.

Conte um pouco da sua carreira de cineasta. Você fez curso de cinema?

Eu estudei Economia na Universidade Federal de Pernambuco, fiz muito movimento estudantil lá. Depois, mudei para Comunicação e também saí. Aí comecei a fazer filmes. Eu fiz cineclube em Caruaru, passávamos filmes de arte e depois ficávamos discutindo e isso te dá uma boa formação. Depois fui trabalhar como assistente, carregar maleta, tripé, fazer produção de graça ou não, trabalhei para aprender. Já fiz vários curtas, produzi vários filmes, fiz a produção do filme *Baile Perfumado* antes do *Amarelo Manga*.

E este é seu primeiro longa e já ganhou vários prêmios...

Acho que o filme trata de uma temática que as pessoas não estão muito acostumadas a discutir, é um filme sério. Eu não fiz concessão a nada nem a ninguém. Acho que é por isso que o público e a crítica têm prestigiado o filme. Teve uma resposta internacional, ganhou 22 prêmios. Eu acho isso maravilhoso, me deu voz.

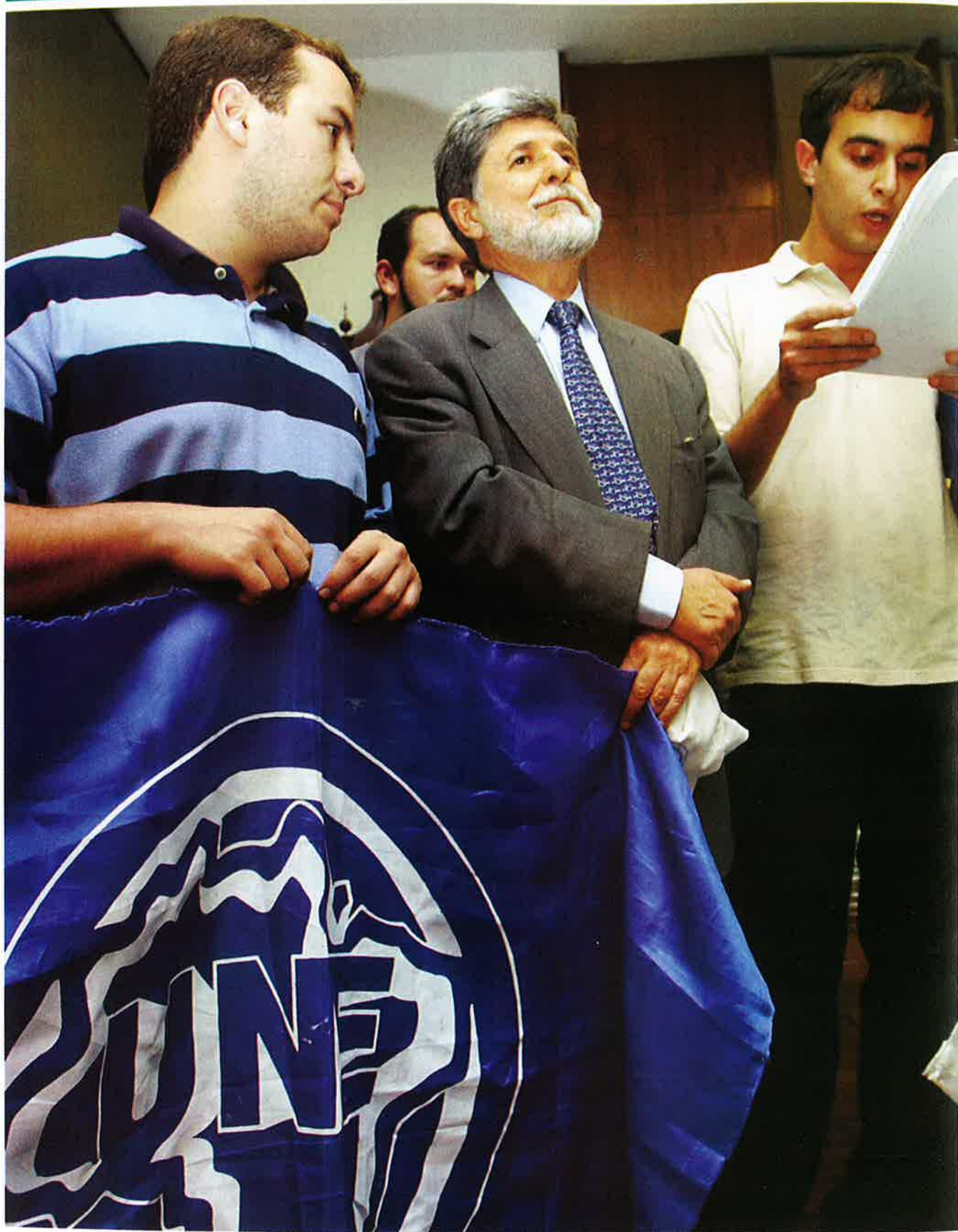


Foto: Marcelo Casali/Unifor

Em defesa da soberania - a UNE expressa apoio ao embaixador Celso Amorim por sua atuação em Cancún, na reunião da OMC

No Brasil
a luta dos
estudantes
tem endereço.



estudantenet

Site Oficial **UNE** e **UBES**



www.estudantenet.com.br



Assinatura *Light*

ISTOÉ Dinheiro

REVISTA SEMANAL DE NEGÓCIOS, ECONOMIA & FINANÇAS

Informação de qualidade que não pesa no seu bolso.



Dinheiro leva até você **toda semana** o mundo globalizado da economia, finanças e negócios numa linguagem clara, dinâmica,

ágil, que você entende. Seja para você fechar grandes negócios corporativos ou apenas administrar melhor o seu dia-a-dia, Dinheiro é a revista certa para quem não tem um centavo a perder, como você. Tudo isso por um preço muito especial para os leitores da revista Movimento.



Assinatura Light de IstoÉ Dinheiro – 3 meses
Apenas 4x de **R\$ 14,00.**

Ligue e assine.

(11) 3618-4566,

de 2ª a 6ª, das 8h00 às 20h00. Sábado, das 9h00 às 15h00.

Informe a oferta 3439. Válida até 30/11/2003.



ISTOÉ Dinheiro

A REVISTA SEMANAL DE NEGÓCIOS

Se preferir, assine pelo site
www.editora3.com.br/light